



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL – MINTER EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PPGCIN/UFSC – POLÍCIA FEDERAL

PAULO CÉSAR BANDOLIN

Estudo Terminológico dos Autos de Inquérito Policial Federal

FLORIANÓPOLIS/SC

2024

Paulo César Bandolin

Estudo Terminológico dos Autos de Inquérito Policial Federal

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Camila Monteiro de Barros

Florianópolis

2024

Bandolin, Paulo César
Estudo Terminológico dos Autos de Inquérito Policial
Federal / Paulo César Bandolin ; orientadora, Camila
Monteiro de Barros, 2024.
80 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-
Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciência da Informação. 2. Organização do
Conhecimento. 3. Mapeamento Terminológico. I. Barros,
Camila Monteiro de. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação. III. Título.

Paulo César Bandolin

Mapeamento Terminológico dos Autos de Inquérito Policial Federal

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 07 de maio de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof^a. Camila Monteiro de Barros, Dr.(a)
Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Luciane Paula Vital, Dr.(a)
Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Renê Faustino Gabriel Júnior, Dr.
Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Profa. Camila Monteiro de Barros, Dr.(a)
Orientadora

Florianópolis, 2024.

RESUMO

Os autos de inquérito policial materializam o resultado das investigações realizadas pela Polícia Federal. Todo conhecimento gerado durante os trabalhos investigativos é materializado em documentos, em meio eletrônico e esse material precisa ser organizado de forma adequada para que se possa realizar a sua recuperação sempre que for necessário. Diante da necessidade de implementar melhorias na recuperação do conhecimento, o presente trabalho busca soluções na Ciência da Informação, mais especificamente nos Sistemas de Organização do Conhecimento. O objetivo geral é realizar um estudo terminológico que pode ser usado como base para a construção de sistemas que possam tornar mais eficiente a busca por informações disponíveis nas bases de dados do ePol, software utilizado pela Polícia Federal para o gerenciamento dos Inquéritos. Neste trabalho foi utilizado um método, inicialmente aplicado em peças específicas de inquéritos que tem como objetivo investigar crimes relacionados a abuso sexual infantojuvenil, que pode ser replicado para a totalidade das informações contidas nos autos de inquérito policial. Como resultado foram selecionados 86 termos que, uma vez incluídos em um Tesouro, foram agrupados em grandes categorias e tiveram suas relações e conceitos definidos. Com o fim de validar o trabalho realizado, o estudo terminológico foi submetido a apreciação de quatro especialistas da área que deram suas opiniões e sugestões. Concluiu-se que é muito necessário um mapeamento eficiente dos termos utilizados pela comunidade discursiva composta pelos policiais federais, mas para isso é preciso de conscientização dos gestores da Polícia Federal para a criação de grupos formais de trabalho. Isso levaria a um mapeamento terminológico amplo e adequado que serviria de base para importantes melhorias na recuperação da informação, principalmente com uso do sistema ePol.

Palavras-chave: Sistemas de Organização do Conhecimento; Inquérito Policial; Mapeamento Terminológico.

ABSTRACT

The police investigation records materialize the outcomes of investigations conducted by the Federal Police. All knowledge generated during these investigative processes is documented, often in electronic format, and needs to be organized effectively for retrieval whenever necessary. Given the need to enhance knowledge retrieval, this study looks towards solutions in the field of Information Science, specifically focusing on Knowledge Organization Systems (KOS). The overarching objective is to conduct a terminological study that can serve as a foundation for developing systems to improve the efficiency of information retrieval from the ePol database, used by the Federal Police for managing investigations. Initially applied to specific sections of inquiries investigating crimes related to child sexual abuse, the method identified 86 terms. These terms were included in a Thesaurus, grouped into broader categories, and their relationships and concepts were defined. To validate the terminological study, it was reviewed by four experts in the field, who provided feedback and suggestions. The study concluded that there is a crucial need for efficient mapping of terms used by the discourse community of Federal Police officers. However, achieving this requires awareness from Federal Police management to establish formal working groups. Such initiatives would facilitate comprehensive and appropriate terminological mapping, laying the groundwork for significant improvements in information retrieval, especially through the ePol system.

Keywords: knowledge Organization Systems; police inquiry records; terminological mapping.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANCIB Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
ANSI *American National Standards Institute*
ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CCASI Coordenação de Repressão a Crimes Cibernéticos Relacionados ao Abuso Sexual Infantojuvenil
CGCIBER Coordenação-Geral de Combate a Fraudes Cibernéticas
CGPFAZ Coordenação-Geral de Polícia Fazendária
DCIBER Diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos
DICOR Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado
DINPOL Doutrina de Inteligência Policial
DRCC Divisão de Repressão a Crimes Cibernéticos
ECA Estatuto da Criança e do Adolescente
ePol Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária
GT Grupo de Trabalho
IBICT Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IPJ Informação de Polícia Judiciária
IPL Inquérito de Polícia Federal
ISO *International Organization for Standardization*
NBR Norma Brasileira
NISO *National Information Standards Organization*
OC Organização do Conhecimento
P2P *Peer-to-peer*
PF Polícia Federal
PHP Pré-Processador de Hipertexto
PLN Processamento da Linguagem Natural
RAPJ Relatório de Análise de Polícia Judiciária
SERCOPSI Serviço de Repressão aos Crimes de Ódio e Pornografia Infantil
SISCART Sistema Cartorário
SOC Sistemas de Organização do Conhecimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	12
1.2	JUSTIFICATIVA.....	16
1.3	OBJETIVOS.....	20
1.3.1	Objetivo Geral.....	20
1.3.2	Objetivos Específicos.....	20
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	21
2	POLÍCIA FEDERAL E O INQUÉRITO POLICIAL.....	22
3	ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	34
4	RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	45
5	METODOLOGIA.....	50
6	RESULTADOS.....	53
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
	REFERÊNCIAS.....	67
	ANEXO A – MAPEAMENTO TERMINOLÓGICO GERADO PELA	
	APLICAÇÃO THESA.....	75

1 INTRODUÇÃO

A Polícia Federal (PF) é órgão do poder executivo da União, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com importante missão atribuída pela Constituição Federal. Entre os deveres elencados na Carta Magna está o de:

Apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme (BRASIL, 1988).

No desempenho dessa missão, realiza investigações buscando autoria e materialidade delitiva, sendo tal trabalho materializado nos autos de inquérito policial federal (IPL). Em toda a história da Polícia Federal a forma de materialização dos dados coletados e produzidos por esse órgão foi evoluindo, desde o uso de máquinas de datilografia, passando por armazenamento e impressão proporcionada por computadores e impressoras até o meio atual totalmente digital com o uso de um sistema próprio, o Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária (ePol).

A tecnologia disponível atualmente permite que o uso de sistemas informatizados propicie o armazenamento e a recuperação de grandes quantidades de dados, porém, para que isso seja feito de forma eficiente, é preciso um trabalho multidisciplinar, incluindo a aplicação dos estudos da Ciência da Informação.

Os autos de um IPL, registram uma grande quantidade de informações produzidas como resultado das investigações, sendo compostos por peças como a portaria instauradora ou auto de prisão em flagrante, relatório conclusivo e resultados das diligências instrutórias. Essas últimas citadas podem ser laudos periciais, termos de declaração, informações de polícia judiciária, relatórios de vigilância, etc. (BRASIL, 2016). O termo “peça” que foi usado acima é comumente utilizado pelos policiais federais para se referirem, de forma genérica, a todo documento criado ou juntado durante as investigações; quaisquer documentos que integrem os inquéritos policiais, sejam relatórios, laudos periciais, ofícios, portarias etc., podem ser chamados genericamente de “peça do inquérito”.

A informação produzida durante as investigações policiais, para ser útil, precisa ser devidamente organizada para que seja possível a sua pronta e eficaz recuperação e essa tarefa se insere nos estudos de Organização do Conhecimento (OC), uma importante subárea da Ciência da Informação. No âmbito da OC, uma das

abordagens refere-se ao desenvolvimento de sistemas de organização do conhecimento (SOC) que são ferramentas semânticas compostas de palavras, conceitos e relações semânticas, variando em estrutura e aplicação, mas com especial foco na melhoria da qualidade na recuperação da informação (CARLAN, 2010).

No ambiente investigativo existem termos próprios que muitas vezes não têm o mesmo significado que teriam em outras áreas do conhecimento. Também dentro do próprio âmbito da linguagem policial, ocorrem variações no uso dos termos relacionados às diferentes tipologias documentais que compõem os autos de um IPL. Por exemplo, a forma como algo é descrito em um laudo pericial, em um relatório de investigação, no relatório final do Delegado, no relato de testemunha, etc. pode variar enormemente. Tal variação impacta na recuperação da informação que, se não estiver atrelada a uma análise semântica de termos, corre o risco de ter sua eficiência comprometida seja recuperando documentos não relevantes ou deixando de recuperar documentos importantes.

Nas pesquisas de Câmara Júnior (2013) verifica-se que quando um usuário realiza uma busca com objetivo de recuperar informação, pode obter resultados relevantes (o que ele realmente queria obter), irrelevantes (informação inútil para sua necessidade) e também pode ocorrer que, algo relevante não seja devidamente recuperado, neste último caso, teríamos um falso negativo. Esse fato leva aos conceitos de precisão (índice dos resultados úteis) e de revocação (que aponta o percentual de informações de interesse que foram recuperadas). O sucesso na busca seria indicado por bons níveis de precisão e revocação.

Uma das etapas do desenvolvimento de SOC, é o levantamento de termos e respectivos conceitos, geralmente derivados de um domínio específico de conhecimento (HJORLAND, 2021), com o objetivo de mapear ambiguidades, correspondências semânticas, variações de grafia, frequência de uso de termos etc.

Para o desenvolvimento de ferramentas de busca que possam recuperar de forma inteligente as informações que compõem os IPLs, é preciso uma análise desses termos e expressões próprias do ambiente policial para evitar ambiguidades e imprecisões, indicar termos e expressões sinônimas, bem como para que o significado deles seja claro e bem descrito.

A atividade policial é complexa e envolve aspectos jurídicos, sociológicos, criminológicos e tantos outros que podem ser objeto de estudo de diversas áreas das ciências.

O Direito se preocupa com o estudo das Normas que regulamentam e afetam a atuação policial, como é o caso do código de processo penal que traz disposições claras sobre o inquérito policial. Além disso, o objetivo da investigação policial é subsidiar a ação penal que tramitará junto ao judiciário.

A forma como os delitos afetam a sociedade pode ser área fértil de pesquisas no campo da sociologia, pois as relações sociais tanto são afetadas pelos crimes como podem ser decisivas para a predominância de uma ou outra atividade delitiva numa determinada época e local.

Porém, apesar de tantas ciências se dedicarem a um aspecto ou outro da atividade policial, muitos outros ficam fora de sua abrangência, o que levou ao nascimento das Ciências Policiais.

Por meio do parecer n. 945/2019 do Conselho Nacional de Educação, as Ciências Policiais foram incluídas oficialmente no rol das ciências estudadas no Brasil. O relator do processo que levou a tal inclusão afirmou, entre outras coisas, que:

Ademais, considera que o ambiente de atuação policial está caracterizado pela "incerteza de acontecimentos, violência desenfreada, volatilidade, torpeza, alta complexidade da criminalidade e ambiguidade." Desta forma, apresenta a necessidade de se aprofundar o conhecimento científico sobre a polícia e suas atividades, a exemplo de diversos países que já possuem as Ciências Policiais no rol das ciências a serem estudadas (BRASIL, 2020).

A Ciência da Informação se preocupa, entre outras coisas, com o adequado tratamento do conhecimento produzido e materializado como informação e essa afirmação pode ser corroborada até mesmo pelo fato da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), manter grupos de trabalho preocupados com organização e representação do conhecimento. As pesquisas e estudos desenvolvidos na Ciência da Informação podem ser úteis para a implementação de melhorias na investigação policial.

Tanto as Ciências Policiais quanto a Ciência da Informação possuem a característica da interdisciplinaridade e considerando a relação entre as duas, acredita-se que vários problemas que precisam ser enfrentados pelas polícias podem ser resolvidos com os conhecimentos disponibilizados por essa última.

1.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A responsabilidade da Polícia Federal enquanto órgão responsável por investigar delitos é muito ampla, abrangendo crimes financeiros, previdenciários, tributários, cibernéticos, o tráfico de drogas, contrabando, entre tantos outros.

Cada modalidade criminosa investigada tem suas características próprias e os métodos de investigação se diferenciam para que sejam mais eficazes. Para exemplificar as grandes diferenças no enfrentamento aos mais diversos crimes, citamos alguns exemplos a seguir:

Os crimes contra o patrimônio, como roubo a bancos ou agências dos Correios, são cometidos com grande violência, normalmente com o emprego de armas de fogo, às vezes ocasionando a tomada de moradores como reféns em ações conhecidas como Novo Cangaço.

Já os crimes ligados à lavagem de capitais apresentam grande complexidade nas estratégias de movimentação de valores, de forma a atingir o objetivo de ocultar a origem criminosa destes, inserindo-os no patrimônio do criminoso com aspectos de licitude.

Os crimes cibernéticos exploram as possibilidades de anonimato na Internet para obter vantagens ilícitas das mais diversas, em detrimento das vítimas, confiando que os autores dificilmente serão identificados.

No presente trabalho, o foco será dado à documentação que compõe os autos de inquérito da Polícia Federal referentes às investigações de crimes relacionados a abusos sexuais contra crianças e adolescentes na Internet. A escolha desta área de investigação foi feita pelo motivo principal de que é aquela que o autor se dedica há mais de dez anos.

Durante uma investigação policial, diversas são as peças produzidas, estando elas previstas na Instrução Normativa 108 da Direção Geral da Polícia Federal, que vigorou até 01 de setembro de 2023 (BRASIL, 2016). O Delegado de Polícia produz a Portaria de Instauração do procedimento ou o auto de prisão em flagrante, conforme o caso, determina diligências e perícias, peticiona por medidas judiciais e ao final dos trabalhos conclui com o Relatório Final. Também fazem parte das peças que integram os autos de uma investigação policial os laudos periciais, os termos de depoimento, termos de interrogatório, bem como as informações e relatórios produzidos pelos policiais no curso do procedimento.

Para essa pesquisa optou-se por restringir o foco em duas peças tipicamente produzidas por Agentes de Polícia Federal que são a Informação de Polícia Judiciária – IPJ e o Relatório de Análise de Polícia Judiciária – RAPJ, pois tais documentos, nas investigações relacionadas a abusos sexuais contra crianças e adolescentes na Internet, encerram grande parte dos trabalhos investigativos, sendo ricos em termos próprios da área.

A Informação de Polícia Judiciária (IPJ) é descrita como:

[...] documento de natureza policial, produzido por Policial Federal, contendo fato relevante de interesse investigativo, como captação de notícias-crime e informações, consulta a bancos de dados, resultado de entrevistas e diligências diversas (BRASIL, 2016).

O Relatório de Análise de Polícia Judiciária (RAPJ) é:

[...] documento de natureza policial, de elaboração determinada pelo Delegado de Polícia Federal, no curso de procedimento policial, que compreenderá o cotejamento minucioso dos elementos indiciários ou de prova colhidos no contexto da investigação, devendo conter: dados do procedimento; objeto da análise; exame do objeto e confronto com outros elementos da investigação; e conclusão.

A extensão desses documentos varia conforme a complexidade da diligência realizada que motivou sua elaboração ou do fato informado, podendo ter apenas poucos parágrafos ou até centenas de páginas em casos mais complexos.

Essas peças são elaboradas por qualquer policial federal que seja encarregado, pelo Delegado que preside o Inquérito, de realizar investigações, analisar documentos dos autos ou ainda quando precisar levar fato potencialmente criminoso ao conhecimento de seu chefe imediato.

A linguagem utilizada nesses documentos é sempre formal e composta por termos próprios, utilizados comumente por policiais federais e pode variar dependendo da cultura organizacional específica da área de investigação. Acredita-se que a área de formação acadêmica do policial federal que elabora a peça, bem como sua experiência profissional anterior também influencia na forma como a redige e nos termos escolhidos. Cabe esclarecer que para os cargos de Agente de Polícia Federal, Escrivão de Polícia Federal e Papiloscopista Policial Federal é exigido formação superior, porém esta pode ser em qualquer área do conhecimento.

Essas peças que integram os autos do Inquérito são produzidas e armazenadas, hoje, no Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária (ePol) que é acessado, por meio de navegador Web, na rede interna da Polícia Federal.

Segundo Xavier Filho (2021) este sistema permitiu a transição de procedimentos físicos (impresso) para a tramitação totalmente eletrônica.

Para gerar as IPJs e os RAPJs basta que o policial acesse o ePol com uso de qualquer navegador Web, selecione o Inquérito desejado e opte por inserir uma nova peça. Escolhida a peça a ser criada, existe a possibilidade de editar diretamente em um editor de textos próprio do Sistema, salvá-la e assiná-la digitalmente.

Durante o cadastramento da peça é possível atribuir-lhe um nome em campo próprio, isso facilita sua localização na lista de documentos que integram os autos. O sistema ePol permite realizar busca pelo número do Inquérito e uma vez localizado e selecionado, uma lista com todas as peças existentes é exibida.

O Sistema ePol não possibilitava, pelo menos para o usuário comum, que fosse realizada uma pesquisa no conteúdo de peças, se fosse necessário recuperar a informação armazenada, isso não seria possível utilizando como argumento de pesquisa termos que existem nas peças.

Apesar da pesquisa por conteúdo da peça não estar disponível para o usuário do ePol até meados do ano de 2023, considerando que os documentos são armazenados digitalmente, os administradores do Sistema certamente teriam condição de realizar uma pesquisa, porém a eficiência dessa recuperação seria limitada, pois a busca recuperaria apenas as peças que contivessem exatamente os termos utilizados como parâmetro. No início do segundo semestre de 2023, foi implementada no sistema a capacidade de realizar buscas no conteúdo das peças, porém, ainda com as limitações narradas acima.

As peças que compõem os inquéritos e seu conteúdo se adequam ao conceito de informação dentro da Ciência da informação, pois são a materialização do conhecimento produzido e servem de base para a geração de novos conhecimentos, porém para serem úteis precisam ser devidamente armazenadas e recuperadas quando necessário.

Acredita-se que haveria um grande avanço para a capacidade investigativa da Polícia Federal se fosse possível realizar uma pergunta em linguagem natural (como ocorre em aplicações de busca na Internet) e receber uma resposta rápida, específica e útil. Essa dificuldade que existe na recuperação da informação leva à necessidade de se buscar formas de organização do conhecimento que permitam uma recuperação inteligente.

Uma grande dificuldade na recuperação de informação nos autos de um IPL é que se trata de dados não estruturados e se utiliza a linguagem natural na elaboração das peças. Quando as peças são produzidas, não existe uma preocupação com um controle de termos utilizados, ambiguidades e o sentido que é dado às palavras e expressões.

As peças que integram o corpo do inquérito certamente contêm termos que possuem um significado específico da área, como “diligência” para se referir ao trabalho realizado, “campana”, que seria uma observação de determinado local de interesse ou ainda “abordagem” para o ato de se aproximar de um suspeito e dar-lhe ordens para que levante os braços e se identifique. Tudo isso leva à necessidade de um sistema de organização do conhecimento que facilite a recuperação do conteúdo.

Carlan e Medeiros (2011, p. 55) quando delimitam seu estudo sobre sistemas de organização do conhecimento esclarecem que:

Dos diferentes tipos de SOC, deu-se destaque aos **tesauros**, pelo uso ainda frequente na área de organização de informação e por sua existência consolidada e padronizada por normas internacionais (ISO, ANSI/NISO); as **taxonomias**, por sua importância na organização de informações em empresas e instituições, principalmente, no desenvolvimento de portais no ambiente web; as **ontologias**, pelo interesse da comunidade de pesquisa na área, em função das promessas da web semântica e, ainda pelo potencial que oferecem em relação à capacidade de representação do conhecimento de forma complexa e completa [...].

Considerando que as áreas de investigação da Polícia Federal possuem uma linguagem de domínio própria citamos Shitaku et al. (2021, p. 11) quando afirmam que:

A linguagem de especialidade é constituída de termos que representam conceitos dentro de uma área, mesmo que para outra área tenha outra definição, sendo dotado de uma relação pragmática forte. “Protocolo”, por exemplo, é um termo comum a comunidades de informática, administração, relações internacionais e medicina, porém com conceitos distintos, ainda que preserve semelhanças semânticas. Desse modo, em muitos casos, o uso de um termo será aplicado de acordo com os conceitos e a construção do campo semântico da área de atuação.

Cada Sistema de Organização do Conhecimento tem suas particularidades e utilidades a depender do fim pretendido com seu uso na recuperação da informação, porém, no processo de construção de qualquer um deles, não se prescinde da necessidade de realizar um mapeamento terminológico do domínio.

Considerando que existe uma dificuldade na recuperação do conhecimento produzido durante os trabalhos de investigação realizados pela Polícia Federal por

limitações do sistema ePol e em busca de solução para esse problema realizamos o seguinte questionamento:

Como realizar um estudo terminológico que possa servir de base para a construção de Sistemas de Organização do Conhecimento voltados para os Inquéritos da Polícia Federal?

Com o objetivo de responder essa pergunta delimitamos essa pesquisa com o foco no estudo terminológico em Informações de Polícia Judiciária e Relatórios de Análise de Polícia Judiciária contidos em Inquéritos da Polícia Federal por meio dos quais são investigados crimes relacionados ao abuso sexual infantojuvenil.

1.2 JUSTIFICATIVA

A quantidade de informação produzida nos autos de IPL aumenta conforme as investigações se tornam mais complexas, principalmente (mas não somente) aquelas que envolvem crimes financeiros e desvio de recursos públicos. Segundo se pode ver em planilha disponibilizada no Site da Polícia Federal na Internet (BRASIL, 2023a), nos anos de 2016 a 2020, foram instaurados por todas as suas Unidades espalhadas pelo Brasil 294.906 IPLs.

A enorme quantidade de informação inserida nesse material precisa ser tratada de forma eficiente e que permita uma recuperação inteligente do conhecimento ali contido e acredita-se que isso pode ser feito com uso de Sistemas de Organização do Conhecimento.

Segundo Sales e Café (2009, p. 100):

Uma particularidade das linguagens utilizadas por especialistas é a impreterível precisão da informação comunicada. Para que tal precisão seja consolidada são necessários instrumentos que zelem pela não-ambiguidade do discurso especializado. As linguagens documentárias são instrumentos que visam a representação da informação com o objetivo de recuperar conteúdos informacionais em ambientes específicos.

O universo dos dados produzidos e coletados pela Polícia Federal, principalmente por meio dos IPLs, tem uma linguagem própria desse âmbito específico de conhecimento. As especificidades e variações internas da linguagem policial já foram abordadas com relação à organização e análise terminológica da polícia civil (COSTA, 2012, COSTA; BEVILACQUA, 2009), construção de glossário eletrônico da terminologia jurídico-policial (COSTA, 2014), variação semântica do

léxico da polícia civil (MIRANDA; ARAÚJO, 2008), elaboração de microtesouro em ciências policiais (SOARES, 2014) entre outros estudos. Entretanto, não encontramos pesquisas dessa natureza sobre a terminologia da Polícia Federal no que se refere a crimes relacionados ao abuso sexual infantojuvenil, especialmente aquela presente na documentação produzida durante a investigação desses crimes.

Esta pesquisa mostra-se importante porque pode traçar caminhos para o aperfeiçoamento da recuperação da informação gerada durante as investigações policiais, com impacto positivo na eficiência dos trabalhos.

O aperfeiçoamento da recuperação da informação pode ser crucial para evitar retrabalho com investigações em paralelo sobre o mesmo fato, sem que uma equipe tenha ciência das atividades da outra. Pode também facilitar a identificação de organizações criminosas que possuem estrutura humana e de atuação complexas, atuando em diversos locais e praticando diversas atividades delitivas. Com o levantamento de termos específicos da área e com seus significados formalmente definidos, a contribuição dessa pesquisa pode ser de grande valia para finalidade de recuperação eficiente da informação.

A recuperação da informação contida nos inquéritos policiais ainda parece ser uma dificuldade para o aprimoramento das investigações, pois não é possível, atualmente, encontrar com facilidade algo que foi registrado durante os trabalhos policiais.

O avanço na utilização da estrutura da Internet para os mais variados fins, desde relacionamento interpessoal, comércio, movimentação bancária, comunicação etc., fez com que fronteiras físicas perdessem um pouco o significado, inclusive na dinâmica criminosa, pois alguém pode, de forma oculta, estando em qualquer lugar do mundo, vitimar pessoas por todo o globo terrestre, sem precisar de qualquer proximidade física.

Um criminoso (ou organização criminosa) pode fazer vítimas em diversas localidades e, uma vez que tais pessoas relatem os fatos a uma autoridade policial, investigações serão iniciadas para se apurar cada fato isolado. Sem um sistema adequado de recuperação da informação, um dos problemas que pode ocorrer é a realização de investigações em paralelo, sem que um investigador converse com os outros, causando ineficiência e retrabalho. Vários policiais estariam investigando fatos cuja responsabilidade recai sobre o mesmo criminoso (ou organização criminosa) sem se dar conta disso e essa certamente não é uma estratégia adequada.

Grupos criminosos muitas vezes compartilham métodos de ação, interagem entre si, podem usar serviços de um mesmo escritório de contabilidade, doleiro, profissional de informática para desenvolvimento de softwares maliciosos, veículos, até mesmo armamento e por esses motivos, o resultado de uma investigação já adiantada ou concluída, pode ser de extrema importância para a elucidação de outros crimes que estão sendo investigados.

Os dois problemas relatados acima (entre tantos outros) podem demonstrar a importância de um método eficiente de recuperação da informação, que facilite a qualquer policial que estiver iniciando uma investigação ou mesmo aquele que estiver com dificuldades de esclarecer fatos criminosos, a consulta a resultados de investigações anteriores ou em andamento, na busca de elementos que possam auxiliá-lo.

No início de qualquer investigação, principalmente das que envolvem o uso da Internet, é de fundamental importância saber se o fato investigado ou a pessoa sobre a qual recai suspeita já não está sendo ou foi objeto de trabalho de outros investigadores, porém, sem a possibilidade de recuperar eficientemente o conteúdo dos inquéritos, isso se torna muito difícil.

Vejamos um exemplo de fato que pode ilustrar o que foi dito acima: um criminoso que pratica atos com o fim de obter imagens de crianças ou adolescentes por meio de ameaças ou persuadindo-os, de alguma forma, a se exhibir em frente à câmera ou enviar imagens de abuso ou violência sexual, pode estar se conectando à Internet de praticamente qualquer ponto do planeta; pode estar agindo em grupo com outros criminosos; pode estar divulgando as imagens em sites e suas vítimas podem ser várias e também localizadas nos mais variados locais. Se uma vítima residente em determinada cidade procura a polícia local para apresentar a notícia do crime, será iniciada uma investigação, caso outras vítimas do mesmo criminoso façam o mesmo, é possível que diversas investigações sejam iniciadas em delegacias ou até mesmo Estados diferentes.

Investigações acontecendo em paralelo e de forma não integrada, sem troca de informações, provavelmente serão menos eficientes do que se existisse a possibilidade de comunicação entre os investigadores.

Com o mapeamento terminológico é possível construir um Sistema de Organização do Conhecimento que pode ser utilizado na Recuperação de Informação de forma a permitir que se efetue uma busca, no caso do exemplo acima, por termos

como “pedofilia” e “ameaça” (os dois em conjunto), recuperando peças de inquéritos que contenham além dos termos pesquisados, outros a eles relacionados como “abuso sexual” ou “estupro de vulnerável” (possíveis sinônimos do termo “pedofilia”) e “*grooming*” ou “*sextorsão*” (possíveis sinônimos do termo “ameaça” no contexto do domínio), sendo que a análise das peças recuperadas pode indicar uma possível coincidência em investigações.

Vejamos mais um exemplo: se um criminoso utiliza um determinado perfil falso numa rede social, como o conhecido Facebook, com o intuito de se aproximar das crianças, uma vez que esse fato chegue ao conhecimento de autoridades policiais, provavelmente diversos pedidos de registros de conexão à conta serão encaminhados ao provedor, feitos em âmbito de investigação distintos. Com as respostas obtidas, ocorrerão diversas solicitações de dados cadastrais a provedores de conexão identificados.

Todo esse trabalho, de cada investigação, envolverá o judiciário e o ministério público local, contribuindo para o aumento de demanda a estes órgãos, o que é contraproducente e prejudica a eficiência da máquina pública.

Conforme apresentado anteriormente, o sistema de informação da Polícia Federal utilizado para gerenciamento dos autos de inquéritos ainda tem espaço para desenvolvimento tecnológico, melhorias na estrutura de representação da informação, dos mecanismos de busca e recuperação e das possibilidades de integração com outros sistemas. Independentemente de sua implementação, o mapeamento conceitual aqui proposto caracteriza-se como referencial terminológico que, uma vez estruturado, demonstra, de forma imediata, a ocorrência do uso de gírias, jargões, sinonímias, níveis de ambiguidade, possíveis necessidades de normalização, entre outros aspectos a serem iluminados pelos dados da pesquisa. Para se pensar em melhorias relacionadas à linguagem, é necessário antes conhecê-la e a perspectiva semântica é uma forma de fazê-lo.

Futuramente, acompanhado das atualizações naturalmente presentes na dinamicidade da língua, o mapeamento pode ser incorporado a funcionalidades de controle de vocabulário na representação da informação, mineração de texto, integração de ontologias no ePol ou entre diferentes sistemas. Além disso, o próprio caminho metodológico escolhido para a construção do mapeamento conceitual pode ser aprimorado e replicado para aplicação em outros *corpora* documentais e conjuntos

de termos numa dinâmica constante de aprimoramento das práticas de tratamento da informação na Polícia Federal.

Valente (2010, p. 81) leciona que:

[...] a celeridade e a incerteza dos nossos dias exigem uma Polícia com conhecimento, competência e capacidade de ação ao mesmo nível de intensidade e de actualidade que os fenômenos da realidade pós-industrial ou tecnológica.

Os sistemas de organização do conhecimento podem ser decisivos para importantes melhorias no acesso à informação, permitindo acesso útil ao conteúdo das milhares de investigações policiais, fato que pode evitar duplicidade de investigações sobre o mesmo delito, identificação de criminosos ou organizações criminosas responsáveis por vários crimes, com atuação interestadual ou internacional e conexões entre investigações.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Desenvolver um mapeamento terminológico nos autos de inquérito da Polícia Federal destinados a investigar crimes relacionados a abuso sexual infantojuvenil.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar e conceituar termos comumente utilizados na produção de informação durante as investigações policiais federais relacionadas a abuso infantojuvenil.
- b) Estabelecer relações semânticas entre os termos identificados.
- c) Validar o mapeamento conceitual junto a especialistas.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho foi estruturado com um capítulo introdutório que insere o leitor no assunto, deixa claros os objetivos, a justificativa de sua importância, a metodologia utilizada e a delimitação de sua abrangência.

Um segundo capítulo explica ao leitor o que é a Polícia Federal, seu papel na segurança pública do Brasil e como está estruturada para o desempenho de sua missão. Neste mesmo capítulo são contextualizadas as investigações que objetivam elucidar os crimes relacionados ao abuso sexual infantojuvenil e traz noções da dinâmica do inquérito policial.

O terceiro capítulo traz um referencial teórico sobre a Organização do Conhecimento no contexto da Ciência da Informação, adentrando nos Sistemas de Organização do Conhecimento e sua utilidade para o aperfeiçoamento da recuperação da Informação.

O quarto capítulo abrange noções de Recuperação Inteligente da Informação, sob um olhar interdisciplinar onde há um encontro entre a Ciência da Informação e a Tecnologia da Informação, apontando possibilidades de uso de Sistemas de Organização do Conhecimento na expansão de consultas durante a Recuperação da Informação.

O quinto capítulo tem o objetivo de expor a metodologia utilizada para o mapeamento terminológico que é o foco principal desse trabalho.

Já o sexto capítulo é onde se apresenta o resultado da aplicação do método proposto no conjunto de peças selecionado e sua validação conforme definida na metodologia elaborada.

Por fim são apresentadas as considerações finais sobre o resultado da pesquisa, comparando o que se propôs pesquisar com tudo o que foi obtido.

2 POLÍCIA FEDERAL E O INQUÉRITO POLICIAL

O fundamento da organização da segurança pública no Brasil está na Constituição Federal, mais especificamente no seu artigo 144 e um destaque é dado para a Polícia Federal como detentora de responsabilidades muito específicas, elencadas nos quatro incisos do parágrafo primeiro (BRASIL, 1988).

Entre os objetivos a que a Polícia Federal se destina estão o de:

- I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
- II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, [..];
- [...]
- IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União (BRASIL, 1988).

A análise desses objetivos dá uma dimensão da amplitude de atuação do órgão e da complexidade de sua missão. Essa complexidade faz com que haja a necessidade de uma organização interna com a divisão de tarefas para que se atinja a maior eficiência.

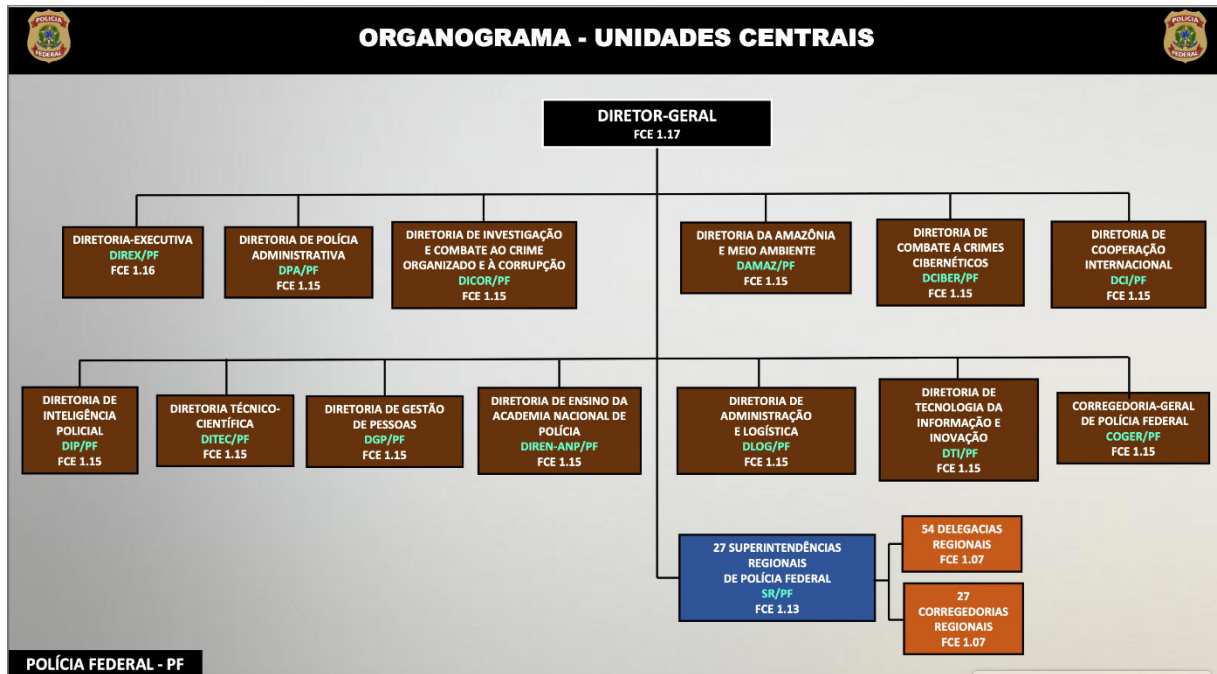
A estrutura da Polícia Federal para cumprir com seus objetivos está definida por meio da Portaria nº 155, de 27 de setembro de 2018, do Ministro da Justiça e Segurança Pública que aprovou o Regimento Interno da Polícia Federal (BRASIL, 2018).

Analisando o regimento interno acima citado verificamos que a Polícia Federal possui unidades centrais e descentralizadas. Durante a elaboração deste trabalho, sob o governo do novo presidente da república, a estrutura das unidades centrais foi alterada por meio da Portaria 288/2023 do Ministério da Justiça e Segurança Pública (BRASIL 2023c) que regulamentou o Decreto 11.348/2023 (BRASIL, 2023b). De acordo com a estrutura atual, a Diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos (DCIBER) é uma unidade central que tem a incumbência para:

- I - dirigir, planejar, coordenar, controlar, executar e avaliar as atividades de prevenção e repressão das infrações penais praticadas no ambiente cibernético:
 - a) de alta tecnologia e contra infraestruturas críticas;
 - b) de abuso sexual infanto-juvenil; e
 - c) relativas a fraudes eletrônicas; e

II - apoiar operacionalmente investigações conduzidas por outras unidades que demandem o emprego de recursos ou técnicas especiais (BRASIL, 2023c).

Figura 1 – Organograma da Polícia Federal



Fonte: (BRASIL, 2023d)

Na estrutura anterior para o enfrentamento aos crimes relacionados a abuso sexual infantojuvenil a Polícia Federal contava, entre suas unidades centrais, com o Serviço de Repressão aos Crimes de Ódio e Pornografia Infantil (SERCOPPI), vinculado à Divisão de Repressão a Crimes Cibernéticos (DRCC) que estava inserido na estrutura da Coordenação-Geral de Polícia Fazendária (CGPFAZ) da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (DICOR) (BRASIL, 2022).

Com a mudança implementada pelo novo governo por meio do Decreto 11.348/2023 (BRASIL, 2023b), no enfrentamento aos crimes relacionados a abuso sexual infantojuvenil a Polícia Federal passou a contar, entre suas unidades centrais, com a Coordenação de Repressão a Crimes Cibernéticos Relacionados ao Abuso Sexual Infantojuvenil (CCASI), subordinada à Coordenação-Geral de Combate a Fraudes Cibernéticas (CGCIBER) que está inserido na estrutura da DCIBER (BRASIL, 2023c). A criação de uma Diretoria especificamente destinada ao enfrentamento a crimes cibernéticos, com todas as suas implicações, certamente levará a um aperfeiçoamento dos trabalhos da Polícia Federal em uma área tão necessária que lida, inclusive, com a proteção a crianças e adolescentes.

A CCASI coordena as atividades dos policiais que trabalham diretamente na investigação desses crimes em cada uma das Delegacias e Superintendências. Sempre que um inquérito é instaurado para investigar um crime relacionado a abuso sexual infantojuvenil, os policiais envolvidos recebem todo o apoio necessário da CCASI.

As unidades descentralizadas são as Superintendências Regionais e as Delegacias de Polícia Federal. Em cada Estado da federação e no Distrito Federal existe uma Superintendência que é responsável administrativamente pelas Delegacias que existem em municípios de sua unidade federativa.

Interessante explicar que, administrativamente, as Delegacias de Polícia Federal são subordinadas à Superintendência Regional do Estado onde se localizam e estas Superintendências, por sua vez, subordinadas ao Diretor-Geral. Porém, técnica e normativamente, são subordinadas às unidades centrais responsáveis por cada assunto (BRASIL, 2018).

A Polícia Federal pode ser entendida como um organismo com uma individualidade cultural própria, seus normativos internos e externos, sua estrutura e as pessoas que a compõe levam à existência de uma cultura organizacional que é distinta de qualquer outra instituição e, por esse motivo, trata-se de um domínio cultural e de conhecimento com características únicas. Além disso, a estrutura hierárquica descrita nos mostra o nível de especialização dos trabalhos da Polícia Federal em cada uma das suas áreas de atuação, isso reflete na cultura específica que é criada entre os policiais que são designados para o enfrentamento de cada modalidade criminosa que deve ser reprimida pelo Órgão. A capacitação técnica e as experiências profissionais são muito específicas para cada policial, ou grupo de policiais, de acordo com a modalidade criminosa que ele tem a missão de reprimir.

A princípio, os crimes relacionados ao abuso sexual infantojuvenil que são investigados pela Polícia Federal são os tipificados nos artigos 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990). As condutas descritas nos artigos acima citados estão relacionadas, entre outras coisas, com a produção, armazenamento e disseminação imagens (vídeos ou fotografias) contendo cenas de sexo ou nudez envolvendo crianças e/ou adolescentes.

Os crimes relacionados à pornografia infantil na Internet resultam em graves violações aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, pois as vítimas

sofrem com a exposição de suas imagens íntimas, bem como com as graves ameaças, que ocorrem muitas vezes para forçar o envio de vídeos ou fotos e, em muitos casos, com a violência física e psicológica praticada durante a produção do material pornográfico.

Um criminoso pode utilizar a Internet tanto para obter, trocar e compartilhar arquivos contendo cenas de sexo envolvendo crianças e adolescentes, quanto para ludibriar ou ameaçar pessoas na mais tenra idade com o fim de obter material inédito de abuso. Nos dois casos, sempre haverá pessoas vulneráveis por ter idade inferior aos dezoito anos, sendo vítimas reais de violência intolerável.

Justiniano (2017, p. 87) entrevistou o Delegado de Polícia Federal Stênio Santos Souza que em resposta ao questionamento sobre os principais crimes cibernéticos cometidos no Brasil, afirmou que “em face do disposto no art. 227, da Constituição Federal, os crimes cibernéticos mais graves são aqueles que atingem a dignidade sexual de crianças e adolescentes”.

A celeridade na identificação e punição dos criminosos envolvidos com estes delitos pode evitar prejuízos irreparáveis para as vítimas, bem como, impedir que outras crianças e adolescentes sejam alvos destes infratores. Outro fato a ser considerado é que a eficiência nas investigações desestimula o crime e transmite a devida credibilidade ao sistema punitivo estatal.

Chegando ao conhecimento de uma autoridade policial que um crime foi cometido, é preciso que tal fato seja investigado para que se possa descobrir se realmente aconteceu, se configura um crime tipificado em Lei, em que circunstâncias foi cometido e quem foi o responsável.

O código de processo penal brasileiro disciplina as primeiras ações que devem ser realizadas, a depender do caso concreto:

Art. 6º Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

I - dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais; [\(Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994\)](#)

II - apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais; [\(Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994\)](#)

III - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias;

IV - ouvir o ofendido;

V - ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto

no [Capítulo III do Título VII, deste Livro](#), devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura;

VI - proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações;

- VII - determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias;
- VIII - ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes;
- IX - averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter.
- X - colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa (BRASIL, 1941).

A leitura desses deveres da autoridade policial, para quando tiver ciência de um crime, já pode dar uma ideia da quantidade de dados que serão coletados. Todo esse trabalho, que deve ser realizado pela polícia, precisa ser materializado em documentos e o conjunto de todas as informações produzidas, desde a portaria instauradora até o relatório final, vão constituir os autos do inquérito policial.

Menezes (2020, p. 18, grifo do autor), traz trechos do documento intitulado Doutrina de Inteligência Policial (DINPOL) onde se afirma que:

Com efeito, diariamente, em todas as unidades da PF, **é produzido nos inquéritos policiais um volume imenso de dados relacionados ao comportamento delitivo no Brasil e no mundo**. A identidade de pessoas envolvidas com crimes em diversos pontos do território nacional e em outros países, estruturas hierárquicas e simbologia utilizadas por facções criminosas, modus operandi que se repetem, técnicas evasivas, rotas e fluxos de armamento, sistemas de comunicação e metodologia para a ocultação ou dissimulação dos lucros ilícitos são apenas alguns exemplos do que os investigadores elucidam em suas rotinas diárias.

No âmbito da Polícia Federal (PF), um dos grandes desafios de seus gestores tem sido integrar todo o conhecimento produzido por suas áreas investigativas, diretamente envolvidas com o combate à criminalidade, de modo a permitir a análise e compreensão dos fenômenos respectivos, orientando as ações nos níveis estratégico, tático e operacional.

O inquérito policial é o procedimento por meio do qual a polícia investiga um fato típico em busca da autoria e da materialidade e tem o objetivo de obter provas e indícios que possam esclarecer a verdade real. Após a conclusão do Inquérito o seu resultado é encaminhado ao Ministério Público que decidirá se oferece denúncia, iniciando o processo criminal. O Inquérito é procedimento administrativo anterior ao início da fase judicial.

Segundo determina a Instrução Normativa nº 108 da Direção Geral da Polícia Federal (BRASIL, 2016):

O inquérito policial será instaurado para:

- I - apuração das circunstâncias, materialidade e autoria das infrações penais;
- II - coleta de provas, preservando-se as cautelares e não repetíveis; e
- III - representação e execução de medidas cautelares.

O procedimento é sempre presidido por um Delegado de Polícia Federal que irá “coordenar os trabalhos, podendo requisitar diligências, perícias, informações, documentos, dados e análises que interessem à apuração dos fatos, bem como representar por prisões de natureza cautelar e por medidas constritivas ou de natureza acautelatória [...] (BRASIL, 2016).

A instauração de um inquérito policial pode ser motivada por um auto de prisão em flagrante, sempre que um criminoso é surpreendido e preso em flagrante delito ou por portaria quando a notícia de um crime é, de alguma forma, comunicada à autoridade policial.

Nos casos de investigações que tem o objetivo de elucidar crimes relacionados ao abuso sexual infantojuvenil, o mais comum é a instauração do inquérito por portaria, após o delegado receber do policial investigador uma Informação de Polícia Judiciária.

Os policiais que estão dedicados a investigar os crimes dessa área específica, uma vez capacitados a utilizar técnicas e sistemas específicos, fazem uma busca ativa por atividades criminosas que tenham ocorrido com o uso da Internet e, constatando a ocorrência de um fato delituoso, elaboram a Informação apropriada, endereçada à autoridade competente.

A Informação de Polícia Judiciária é documento previsto na Instrução Normativa nº 108, já citada acima, sendo sempre produzida por Policial Federal, “contendo fato relevante de interesse investigativo, como captação de notícias-crime e informações, consulta a bancos de dados, resultado de entrevistas e diligências diversas” (BRASIL, 2016). Este documento não tem uma formatação específica, podendo ser livremente criado pelo autor.

O delegado designado para presidir a investigação, já na portaria de instauração do inquérito, deve determinar diligências investigativas iniciais e conforme os trabalhos vão se aprofundando, também pode determinar, conforme necessário, outras diligências instrutórias, entre diversas possibilidades de ações que objetivam o esclarecimento dos fatos, sempre buscando determinar a autoria, a materialidade e demais circunstâncias em que o crime ocorreu.

Uma vez determinado a um policial investigador, que realize diligências instrutórias, o resultado das mesmas precisava ser materializado por meio de um Relatório de Análise de Polícia Judiciária, documento previsto na Instrução Normativa nº 108, sendo:

[...] de natureza policial, de elaboração determinada pelo Delegado de Polícia Federal, no curso de procedimento policial, que compreenderá o cotejamento minucioso dos elementos indiciários ou de prova colhidos no contexto da investigação, devendo conter: dados do procedimento; objeto da análise; exame do objeto e confronto com outros elementos da investigação; e conclusão (BRASIL, 2016).

O texto da norma deixa claro o conteúdo deste documento, porém não exige uma formatação específica, bastando que contenha em seu corpo os elementos necessários e exigidos para o caso concreto.

A Instrução Normativa nº 108 da Direção Geral da Polícia Federal (BRASIL, 2016) exigia que todos os “atos de instrução e de movimentação serão produzidos no sistema oficial de polícia judiciária”.

Em 1º de setembro de 2023 entrou em vigor a Instrução Normativa DG/PF nº 255, de 20 de julho de 2023 que revogou e substituiu a Instrução Normativa nº 108, acima citada. Entre as mudanças trazidas pelo novo normativo está a unificação da Informação de Polícia Judiciária e do Relatório de Análise de Polícia Judiciária, ficando a redação do artigo 63 com o seguinte teor:

Art. 63. Os seguintes documentos formalizam outros atos de investigação e poderão também instruir o inquérito policial:
I – informação de polícia judiciária; [...]
§ 1º A informação de polícia judiciária é produzida para registrar informações relevantes que:
I – tenham sido noticiadas ao policial federal; ou
II – resultem de pesquisas, análise, deflagração de operação policial, entrevistas, vigilância ou outras determinadas no curso da investigação policial. (BRASIL, 2023^e)

O sistema oficial de polícia judiciária que é utilizado atualmente para a materialização e gerenciamento de todos os Inquéritos policiais federais é chamado de Sistema de Gestão de Atividade de polícia judiciária (ePol) e sua implementação, iniciada no ano de 2016, é tida como uma importante inovação que vem trazendo, e ainda pode trazer mais, avanços na qualidade da prestação de serviço de Segurança Pública pela Polícia Federal.

Na época em que os autos de IPL eram físicos, todos os documentos que o compunham, datilografados ou impressos, eram anexados no interior de uma espécie de pasta que formava capa e contracapa. Com a mudança para a tramitação do IPL em meios digitais, cada documento produzido é gravado como um arquivo e armazenado em um servidor, separados de forma que se possa vinculá-los ao respectivo Inquérito.

Um banco de dados armazena os dados básicos do IPL como: Delegado e Escrivão responsáveis, numeração única, Unidade policial onde tramita, crimes que são apurados etc., além disso o banco de dados lista o nome de cada um dos documentos vinculados à investigação.

O sistema anterior era chamado SISCART e nele eram elaboradas as principais peças dos Inquéritos, aquelas produzidas pelos policiais envolvidos nas investigações, havia a necessidade de impressão para assinatura a caneta e posterior digitalização com a finalidade de serem inseridas nos sistemas do Poder Judiciário. Todas as peças eram armazenadas em um banco de dados local, restrito a cada uma das Unidades da Polícia Federal e só podiam ser acessadas localmente e exclusivamente pelos servidores do órgão (BRASIL, 2010).

Com o advento do ePol, todos os Inquéritos policiais federais agora são armazenados de forma centralizada, podendo ser recuperados a partir de qualquer uma das Unidades da PF por meio da Intranet Corporativa. É possível realizar a assinatura das peças diretamente no sistema e documentos externos podem ser carregados em formato digital e autenticados.

Morales e Cândido (2021, p. 2), tratando sobre a inovação na Polícia Federal, comentam que:

Ao mapear o ambiente externo e voltar sua atenção para o ambiente organizacional interno, a Polícia Federal identificou este fator de sucesso organizacional, motivando o desencadeamento do processo de modernização da gestão no ano de 2007, processo que culminou com a publicação do Plano Estratégico 2010-2022 no ano de 2010, atualizado em 2020, que incorporou como objetivo estratégico, o “fortalecimento da cultura de gestão organizacional”, sendo as principais ações estratégicas a gestão do conhecimento e o fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Os procedimentos para materialização do inquérito policial, saíram de um formato onde o Siscart:

[...] operava como um sistema de apoio à documentação da investigação em si (atividade cartorária), utilizando os dados cadastrais nele inseridos para gerar minutas de peças processuais que seriam imprimidas, assinadas e encartadas no procedimento físico que documentava o inquérito policial (XAVIER FILHO, 2021).

Para o formato atual, baseado no ePol onde:

Embora originalmente concebido como um sistema de apoio à atividade cartorária, o ePol evoluiu para permitir a transição de procedimentos físicos para procedimentos eletrônicos, ou seja, com a incorporação da assinatura eletrônica de peças, os documentos produzidos no sistema passaram a ter validade jurídica, dispensando a necessidade de impressão e coleta física de assinaturas das partes interessadas (XAVIER FILHO, 2021).

Outras características inovadoras do ePol apontadas por Xavier Filho (2021) são a interface com o usuário modernizada e baseada em padrões Web, atualização tecnológica da interface, incorporando novas funcionalidades, possibilidade de assinatura eletrônica, dispensando a necessidade de impressão e por fim, tornando o inquérito policial totalmente eletrônico.

Tendo em vista as definições já especificadas até agora, concluímos que o Sistema ePol trata-se de uma verdadeira inovação implementada pela Polícia Federal, pois trouxe um avanço significativo na forma como a instituição lida com a materialização dos resultados de suas investigações, centralizando banco de dados para todas as suas Unidades, evitando gastos com papel e impressão, racionalizando o uso de espaço físico que anteriormente era necessário para armazenar os autos, dando maior celeridade na finalização das peças que, logo após produzidas, já podem ser assinadas de forma digital, facilitando o controle e as estatísticas, entre outros benefícios.

Apesar de todo o avanço trazido pela implementação do ePol, entende-se que o sistema ainda é deficiente quando se torna necessária a recuperação de informação pois não é possível, atualmente, encontrar com facilidade algo que foi registrado durante os trabalhos policiais.

A interface de busca do ePol possui três telas, sendo que naquela intitulada “Caso” é possível realizar pesquisas em campos como: “Número ePol”, que é uma numeração única associada a cada investigação em todo o Brasil; “Unidade do Caso”, que indica a Unidade da Polícia Federal que está responsável pela investigação; “Codinome”, que é uma espécie de apelido dado à investigação e “Resumo do Fato”, onde pode ser inserido um breve relato sobre o teor da investigação.

Figura 2 – Tela de pesquisa do ePol

The screenshot displays the search interface for the ePol system. At the top, there are three tabs: 'Caso' (highlighted with a red box), 'Pessoa' (highlighted with a red box), and 'Peça' (highlighted with a red box). Below the tabs, the interface is organized into several sections:

- Top Row:** 'Número ePol' (text input), 'Processo' (checkbox 'Desconsiderar máscara' and text input), 'Unidade ...' (dropdown menu), 'Tipo do Caso' (dropdown menu with 'Todos' selected), and 'Codinome' (text input).
- Second Row:** 'Unidade SISCART/SINPRO' (text input) and 'Número/Ano SISCAR...' (text input).
- Third Row:** 'Delegado (nome ou matrícula)' (text input) and 'Servidor (nome ou matrícula)' (text input).
- Fourth Row:** 'Estado do caso' (dropdown menu), 'de' (text input), and 'até' (text input).
- Fifth Row:** 'Situação do Caso' (dropdown menu with 'Todos' selected), 'de' (text input), and 'até' (text input).
- Sixth Row:** 'Resumo do Fato' (text input), 'Observações (da Análise do Caso)' (text input), and 'Parecer' (text input).
- Seventh Row:** 'Área de Atribuição' (dropdown menu), 'Lei' (text input), and 'Tipos Penais' (text input).
- Eighth Row:** 'Nome do Envolvido' (text input) and 'Tipo de Envolvimento' (dropdown menu).
- Ninth Row:** 'Número SEI' (text input), 'Número de Processo...' (text input), 'Registro ePol de' (text input with calendar icon), and 'Registro ePol até' (text input with calendar icon).

At the bottom right, there are two buttons: 'Pesquisar' (blue) and 'Limpar' (white).

Fonte: captura de tela do sistema feita pelo autor

O campo “Resumo do Fato” pode até conter termos importantes para identificarem a investigação, mas por mais que esse resumo seja bem elaborado, jamais terá a mesma riqueza terminológica (para fins de recuperação) do que o conjunto de todas as peças dos autos e, além disso, a busca, da forma que está implementada atualmente, mesmo quando realizada no corpo do texto (funcionalidade recém implantada) só retorna resultados onde os termos são exatamente os utilizados como critério de busca.

Realizando um teste pesquisando no campo “Resumo do Fato” pelo termo “pedofilia” o sistema listou centenas de investigações onde esse termo aparece nesse campo. Realizando pesquisa com o termo “Pedofilia e Ameaça” (sem as aspas) foi

recuperado uma única investigação onde aparece a expressão completa “Pedofilia e Ameaça”. Já uma tentativa de pesquisar “Pedofilia and Ameaça” (sem aspas), não houve nenhum resultado, mostrando que não é possível utilizar operadores lógicos.

As outras duas telas da interface de busca do ePol são as intituladas “Pessoa”, que possui campos relacionados a dados cadastrais de envolvidos nas investigações e “Peça”, por meio da qual é possível localizar peças por data de criação, Unidade da Polícia Federal onde foi criada e nome do servidor que a criou, entre outras opções.

Figura 3 – Tela de pesquisa do ePol, guia Pessoas

A interface de pesquisa do ePol, guia Pessoas, apresenta uma barra de navegação com três opções: 'Caso', 'Pessoa' (selecionada) e 'Peça'. Abaixo, há um formulário com os seguintes campos:

- Nome:** Campo de texto para o nome da pessoa.
- Tipo:** Menu suspenso com a opção 'Pessoa Física' selecionada.
- Nome da mãe:** Campo de texto.
- Nome do pai:** Campo de texto.
- CPF:** Campo de texto para o número de CPF.
- Estado naturalidade:** Menu suspenso.
- Município naturalidade:** Menu suspenso.
- Data de nascimento:** Campo de texto com ícone de calendário.
- Tipo de documento:** Menu suspenso.

Na parte inferior do formulário, há duas opções de busca:

- Buscar somente indiciados
- Buscar somente advogados

No canto inferior direito, há dois botões: 'Pesquisar' (em azul) e 'Limpar' (em branco).

Fonte: captura de tela do sistema feita pelo autor

Figura 4 – Tela de pesquisa do ePol, guia Peça

Caso Pessoa Peça

Unidade do Caso*

Criada Por

Unidade do Servidor Servidor

Criada Em

Data de Data até

Modelo da Peça

Número do Caso Número do Docume...

Área de Atribuição

Pesquisar Limpar

Fonte: captura de tela do sistema feita pelo autor

Para o usuário comum, até o início do segundo semestre de 2023, não existia a possibilidade de se pesquisar o conteúdo das peças nos textos completos e mesmo com a inovação implementada, as pesquisas disponíveis não consideram sinônimos ou qualquer outro relacionamento semântico entre termos, retornando apenas registros que contém exatamente o termo utilizado como critério de pesquisa.

3 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A Organização do Conhecimento é uma das áreas de estudo da Ciência da Informação e oferece suportes teóricos e metodológicos adequados para o mapeamento terminológico dos autos de inquérito da Polícia Federal, que é o objetivo desse trabalho.

Para Brascher e Café (2008, p.4) “informação” e “conhecimento” possuem características distintas.

- 1) Conhecimento é o resultado da cognição (processo de reflexão das leis e das propriedades de objetos e fenômenos da realidade objetiva na consciência humana);
- 2) Conhecimento é o conteúdo ideal da consciência humana;
- 3) informação é uma forma material da existência do conhecimento;
- 4) informação é um item definitivo do conhecimento expresso por meio da linguagem natural ou outros sistemas de signos percebidos pelos órgãos e sentidos;
- 5) informação existe e exerce sua função social por meio de um suporte físico;
- 6) informação existe objetivamente fora da consciência individual e independente dela, desde o momento de sua origem.

Chegamos ao nosso entendimento de que a informação contida nos autos de cada IPL é a materialização do conhecimento produzido por cada um dos envolvidos nas investigações.

Realizado esses esclarecimentos conceituais, voltando à contextualização sobre a Ciência da Informação, enfatizamos sua importância citando Saracevic (1991, p. 60) quando afirma que:

Nas últimas quatro décadas a CI apresentou contribuições que influenciaram o modo como a informação é manipulada na sociedade e pela tecnologia e também permitiu melhor compreensão para um rol de problemas, processos e estruturas associados ao conhecimento, à informação e ao comportamento humano frente à informação. A CI desenvolveu um corpo organizado de conhecimentos e competências profissionais ligados às questões informacionais.

No ano de 1989 foi fundada no Brasil a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da informação (Ancib) que é uma sociedade civil, sem fins lucrativos e tem como finalidade:

Acompanhar e estimular as atividades de ensino de pós-graduação e de pesquisa em Ciência da informação no Brasil. Desde sua criação, tem se projetado, no país e fora dele, como uma instância de representação científica e política importante para o debate das questões pertinentes à área de informação”. (ANCIB, 2022)

A Ancib mantém 12 grupos de trabalho sendo que entre eles o GT 2 trata da Organização e Representação do Conhecimento, tendo a seguinte ementa:

Teorias, metodologias, políticas, instrumentos, processos e produtos para a organização e representação do conhecimento recuperação e acesso à informação, nas suas dimensões epistemológicas, aplicadas, sociais, culturais e terminológicas enquanto conhecimento socializado, institucionalizado ou não, em ambientes informacionais (tais como: arquivos, museus, bibliotecas e congêneres), incluindo o uso e desenvolvimento das tecnologias de informação e as relações Inter, multi e transdisciplinares neles verificadas. (ANCIB, 2022)

Cita-se também o GT 8 que trata de Informação e Tecnologia, com a seguinte ementa:

Estudos e pesquisas teórico-práticos sobre e para o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação que envolvam os processos de geração, representação, armazenamento, recuperação, disseminação, uso, gestão, segurança e preservação da informação em ambientes digitais. (ANCIB, 2022)

Constata-se que a contribuição da Ciência da Informação para a solução de problemas relacionados à Organização do Conhecimento pode ser decisiva para uma melhoria na qualidade das investigações policiais e temas como os tratados nos dois grupos de trabalho acima citados, podem trazer grandes contribuições para a solução de problemas relacionados à recuperação do conhecimento contido nos autos de inquérito policial.

A Organização do Conhecimento é uma área de estudo da Ciência da Informação e, segundo Gomes (2009), quando fala sobre cursos acadêmicos no exterior, “bibliografia, catalogação, classificação, vocabulários controlados, bases de dados, indexação, metadados, processamento de linguagem natural e ontologia” são estudos incluídos na Organização do Conhecimento.

Dentro dessa área são tratados os Sistemas de Organização do Conhecimento, segundo Gomes (2009, p. 69):

Além das discussões teórico-filosóficas e de novas formas de produzir o conhecimento, a OC se envolve com um lado de aplicação, o de produção de instrumentos. Aqui, também, existem teorias e métodos igualmente relevantes voltados para os SOC. Desenvolver sistemas de classificação significa estabelecer o sistema de conceitos / termos a serem usados na indexação, na recuperação e no acesso / índice.

Dentre os Sistemas de Organização do Conhecimento com uso mais difundido na atualidade e que acreditamos que poderiam ser úteis no âmbito da Polícia Federal, destacam-se os tesouros, as taxonomias e as ontologias.

Sales e Café (2009, p. 102) trazem o seguinte conceito sobre os tesouros:

Tesouros são vocabulários controlados formados por termos-descriptores semanticamente relacionados, e atuam como instrumentos de controle terminológico. Os tesouros podem estar estruturados hierarquicamente (gênero-espécie e todo-parte) e associativamente (aproximação semântica),

e são utilizados principalmente para indexar e recuperar informações por meio de seu conteúdo.

Além dessas características, Moreira, Alvarenga e Oliveira (2004) afirmam que os tesouros aproximam a linguagem do usuário e do sistema e precisam prever atualização terminológica.

Buscando um ponto de partida na definição das taxonomias vemos que Camargo (2016, p. 90), as descreve com objetivos semelhantes aos dos tesouros, ou seja, “classificar, representar e facilitar o acesso a informações através da utilização de termos [e] na criação de metadados”. Sua estrutura, no entanto, além das relações hierárquicas e associativas, tem como base a ordem de generalidade; ordem de composição; ordem de genealogia e ordem de evolução.

Quanto às ontologias, cabe um esclarecimento inicial de que o termo, na Ciência da informação, não tem o mesmo significado já conhecido de outras ciências como a filosofia e o direito.

Oliveira (2017, p.7), parafraseando Guarino (1998) afirma que:

Ele se refere à ontologia como um artefato constituído por um vocabulário usado para descrever uma certa realidade e um conjunto de fatos explícitos e aceitos que dizem respeito ao sentido pretendido para as palavras do vocabulário. Este conjunto de fatos tem a forma da teoria da lógica de primeira ordem, onde as palavras do vocabulário aparecem como predicados unários ou binários. O vocabulário formado por predicados lógicos forma a rede conceitual que confere o caráter intencional às ontologias. A ontologia define as regras que regulam a combinação entre os termos e as relações.

Vital e Café (2011, p. 127) tratando das diferenças entre taxonomias e ontologias concluem que as taxonomias se propõem a “prioritariamente classificar, baseada nas características intrínsecas do conceito [...]. Enquanto as ontologias não o fazem necessariamente, apresentando a pretensão primeira de descrever um domínio específico, também centrada no conceito”.

Cada um desses Sistemas de Organização do Conhecimento acima descritos tem suas particularidades e utilidades a depender do fim pretendido com seu uso na representação e na recuperação da informação, porém, entende-se que, mesmo com todo o aparato tecnológico disponível, no processo de construção de qualquer um deles, não se prescinde da necessidade de algum envolvimento humano na análise da linguagem natural.

Maculan (2020, p. 100) esclarece que:

A linguagem natural é ambígua, pois uma mesma frase pode ter vários significados, dependendo se usamos, por exemplo, a forma denotativa ou conotativa do sentido das palavras. Em geral, quando um certo indivíduo comunica uma frase a outro, o primeiro faz presunções sobre o contexto, as crenças e o conhecimento do segundo sobre aquilo que vai comunicar. A comunicação verbal, assim, implica no uso de uma quantidade mínima de informações preexistentes, que sejam essenciais para o entendimento do receptor de tal mensagem. É como se as pessoas utilizassem um algoritmo-filtro, para que o interlocutor possa verbalizar o mínimo possível, dada a circunstância e o contexto do receptor.

O ser humano para se comunicar necessita de uma linguagem, uma forma de expressar para os outros os seus pensamentos, os fatos que vivencia, acontecimentos, ideias etc. As linguagens servem ao propósito de se comunicar, mas podem apresentar uma variação tão grande de significados para uma mesma palavra ou expressão que muitas vezes dificulta o entendimento do que se quer comunicar, principalmente quanto a campos específicos do conhecimento que precisam de maior precisão terminológica.

Dito isso, é importante refletir sobre a diferença entre o que é uma “palavra” e o que é um “termo”. Uma palavra é uma unidade básica de uma determinada língua e tem significados definidos em dicionários desse idioma, que são válidos e reconhecidos por todos, de forma genérica. Já um termo, pode ser constituído de uma ou mais palavras e representa um conceito, sendo específico para uma determinada comunidade discursiva.

Laipelt e Monteiro-Krebs (2021, p. 31) trazem em sua obra a seguinte citação de Cabré (1999): “uma palavra é uma unidade descrita por um conjunto de características linguísticas sistemáticas e dotada da propriedade de referir-se a um elemento da realidade” e complementam esclarecendo que “um termo é uma unidade de características linguísticas similares às das palavras, porém utilizada em um domínio de especialidade”. As autoras finalizam afirmando que “uma palavra que faz parte de um âmbito especializado é um termo”.

A Polícia Federal, como já dito, possui características próprias de uma cultura organizacional que é única e, por esse motivo, trata-se de um conhecimento e de uma forma de linguagem com características exclusivas que precisam ser analisadas na hora de desenvolver qualquer metodologia de tratamento da informação.

Capurro (2007) destaca a importância de observar a realidade fática na hora de definir termos, expressões e seus significados, buscando compreender como de fato são utilizados e entendidos na prática.

Outra preocupação que se deve ter na organização da informação e do conhecimento é com a sua efetividade para o destinatário final do trabalho, Souza (2007, p.113) leciona nesse sentido:

O trinômio **Documento – informação – Usuário** na presente contextualização de sistema de informação indica como objetivo fim a satisfação do usuário na busca de conhecimento registrado em documentos [...] a eficiência do sistema será medida pela adequação do processo de tratamento da informação, tendo como referenciais a própria natureza da informação e a caracterização das expectativas dos usuários frente ao sistema em questão. Em outras palavras: é em função desses dois parâmetros referenciais que deve ser definido o “como” classificar, indexar, recuperar e disseminar.

Toda informação produzida utiliza uma linguagem própria para a área a que se destina, influenciada pelas características de seu autor, de seu destinatário e sua finalidade. Um texto produzido por um profissional de Direito e destinado para outros profissionais da área, certamente será escrito em linguagem jurídica e altamente técnica, porém, caso o destinatário seja um cliente, estudantes ou o público em geral, essa forma de escrita mudaria de forma substancial.

Um texto escrito em produção acadêmica, certamente é muito diferente de outro escrito com finalidade profissional ou mesmo para a transmissão informal de conhecimentos, isso acarreta uma variação enorme da forma em que corriqueiramente utilizamos a linguagem, tanto escrita quanto falada.

Para um Sistema de Recuperação da Informação que pretenda atuar em dados não estruturados, como textos livremente escritos e armazenados em determinado ambiente, torna-se necessário que essa linguagem natural seja processada de alguma forma para, entre outras coisas, definir significados e evitar ambiguidades.

Câmara Júnior (2013, p. 32-37) comenta que o processamento da linguagem natural (PLN) geralmente é realizado em vários estágios que podem começar com a preparação dos textos para que estejam em um formato padronizado (todos em formato de texto puro, por exemplo), e em seguida serem realizadas as análises léxicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas, chegando-se finalmente a um significado intencional. Relata que estudiosos divergem se o resultado de um dos estágios é necessariamente a entrada para o estágio posterior ou se podem ser independentes. O mesmo autor comenta que a análise pragmática é aquela realizada para se definir um significado para o discurso que leva em consideração todo o

contexto em que a informação foi produzida, desde a intenção do autor até mesmo o domínio específico a que ela pertence.

Câmara Júnior (2013, p. 71) faz uma interessante afirmação de que “um sistema de PLN nunca vai ser completamente efetivo enquanto considerar o texto como um conjunto de elementos linguísticos independentes entre si e de seu autor”. Isto posto é interessante considerar a importância de um mapeamento conceitual que permita que um Sistema de Organização do Conhecimento possa definir de maneira objetiva a relação entre elementos linguísticos.

Dahlberg (1978, p. 101) explica que qualquer objeto que o homem conhece pode ser nomeado com o uso da linguagem, sendo que quando se trata de algo que pode ser individualizado como único, pode ser considerado um conceito individual, já quando um termo se refere não a um objeto específico, mas sim algo não situado no tempo ou no espaço, seria um objeto geral e logo, um conceito geral. Para exemplificar, a independência do Brasil em 07 de setembro de 1822 é um conceito individual, já os Fatos históricos do Brasil seria exemplo de conceito geral.

Ainda segundo Dahlberg (1978) todo objeto perceptível pelo homem pode ter seu respectivo conceito que descreve suas características, categorias, relações e espécies.

Dahlberg (1978, p. 106) quando discorre sobre a definição de conceitos afirma que:

Seja como for, quaisquer que sejam as opiniões a respeito das definições, existe consenso em afirmar que as definições são pressupostos indispensáveis na argumentação e nas comunicações verbais e que constituem elementos necessários na construção de sistemas científicos.

Diante do exposto reforça-se que a extração dos termos utilizados nas informações que fazem parte dos Inquéritos policiais federais, para uma adequada definição dos respectivos conceitos, que seja válida no âmbito de trabalho dos Policiais Federais (domínio específico), é tarefa imprescindível para a construção de qualquer Sistema de Organização do Conhecimento que possa aprimorar a recuperação da informação produzida durante as investigações policiais.

No âmbito de um grupo específico de pessoas que precisam se comunicar, seja um meio científico, uma empresa ou ramo profissional, nem sempre os termos são utilizados com o mesmo significado que na linguagem geral compartilhada por todos. Desta forma, para evitar ambiguidade ou polissemia, o que poderia causar entraves à eficiência da comunicação, é preciso definir uma linguagem de

especialidade, adequada para aqueles que se comunicam nesse ambiente (SHINTAKU et al., 2021), ou seja, que integram certa comunidade discursiva. No âmbito da presente pesquisa, essa comunidade pode ser identificada como o conjunto formado pelos policiais federais que atuam rotineiramente e têm como atividade principal a investigação de crimes relacionados a abuso sexual infantojuvenil.

Sobre o desenvolvimento de SOC, as regras e recomendações para a construção de tesouros são abundantes e detalhadas, tanto no âmbito do Brasil quanto no Internacional.

A *International Organization for Standardization* (ISO) é uma instituição fundada em 1964, sem vínculos governamentais e que promove a edição de normas que, como descrito em seu site na Internet (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2022), são como fórmulas desenvolvidas por grandes estudiosos de todo o mundo, para indicar a melhor maneira de fazer algo. A norma ISO 2788:1986, posteriormente revisada pelas normas ISO 25964-1:2011 e ISO 25964-2:2013, padroniza a construção de tesouros mono linguais.

Nos Estados Unidos existe a *National Information Standards Organization* (NISO), que é uma entidade sem fins lucrativos que expede normas para padronização, semelhantes às da ISO. A norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010) trata de vocabulários controlados que são utilizados para a construção de tesouros.

No Brasil temos a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), cuja norma ABNT NBR 12676:1992 prevê “Métodos para análise de documentos - Determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação – Procedimento”, inclusive fazendo referência a ISO 2788 citada acima (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992).

Várias instituições brasileiras se preocuparam em desenvolver guias para a construção de tesouros, daremos foco ao Guia Sobre a Construção de Tesouros (SHINTAKU et al., 2021), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). e ao Manual de Elaboração de Tesouro, (CAMPOS; GOMES; MOTTA, 2004). Ambos os guias têm como base as normas nacionais e internacionais.

Quando surge a necessidade de se elaborar um tesouro que atenda a uma área específica, é importante que os profissionais responsáveis sigam alguns passos que, segundo a orientação de Campos, Gomes e Motta (2004), poderiam ser: o

planejamento, levantamento de vocabulário, organização dos conceitos, avaliação final e critérios para avaliação de tesouros.

Segundo o manual elaborado pelos autores, na etapa de planejamento seriam necessárias a delimitação do tema; a identificação do público ao qual o tesouro se destina; a classificação (quando se definiriam os termos mais genéricos para delimitar a abrangência); o levantamento de fontes para a busca dos elementos que constituirão o tesouro; a definição da forma em que será apresentado; como será divulgado; o software que será utilizado para sua construção e como será a sua manutenção futura.

Campos específicos do conhecimento precisam de maior precisão terminológica, com a definição de termos e conceitos que são válidos para aquele domínio, logo, acredita-se que um dos primeiros passos no planejamento de um tesouro seja definir sua abrangência, qual a área a que se destina.

Lembramos que Shitaku et al. (2021) esclarece que o mesmo termo que representa um conceito em uma determinada área, pode ser usado para representar outros totalmente distintos em outras áreas, mesmo que ainda mantenham semelhanças semânticas.

A identificação do público que fará uso do tesouro é outra das grandes preocupações na etapa de planejamento, mesmo considerando um campo específico de conhecimento, os atores envolvidos podem ser diferentes e abordar assuntos de formas distintas.

Podemos citar, como exemplo, o trabalho realizado por Kroeff e Leoneti (2011, p.98), que consistiu em um estudo preliminar para elaboração de um tesouro brasileiro de ciências do esporte e, ao definir os usuários finais, optaram por eleger:

[...] profissionais vinculados à informação e documentação que atuam na área das Ciências do Esporte. Da mesma forma, professores/pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação e editores de revistas científicas da área [...]

Acredita-se que, caso o público-alvo eleito fossem os fãs do esporte, atletas ou o público leigo em geral, certamente o resultado não seria o mesmo e até mesmo o campo específico ao qual se refere o tesouro seria delimitado de forma diferente.

Shintaku et al. (2021) destacam que uma linguagem de especialidade é destinada a um grupo específico que a compartilha de forma consensual, sendo que podem existir estrangeirismos, neologismos, enfim, torna-se uma forma de comunicação adequada para os membros daquele grupo, para quem faz todo o

sentido. Dessa forma, é muito importante que seja definido de forma precisa, qual é esse grupo, ou comunidade discursiva para o qual o tesauro será destinado.

Campos, Gomes e Motta (2004) sugerem que ainda na fase de planejamento, seja feita classificação, utilizando-se a categorização, desta forma, buscando já definir a macroestrutura do tesauro, encontrando as classes de maior abrangência, usando método dedutivo, para posteriormente selecionar os termos que se encaixam em cada uma dessas categorias principais.

Segundo Shintaku et al. (2021) existem conceitos que são individuais, pois definem um único objeto e conceitos gerais que definem dois ou mais objetos distintos, porém com características em comum.

Shintaku et al. (2021) esclarece que, de acordo com a norma ANSI/NISO 39.19 (2010), existem quatro abordagens indicadas para a seleção dos termos que integrarão o tesauro.

A primeira abordagem seria que especialistas do domínio coletem os termos chave das fontes escolhidas e indiquem a relação entre eles, podendo utilizar o método descendente, iniciando pelos termos mais genéricos, ou o método ascendente, buscando os termos mais específicos em primeiro lugar.

A segunda abordagem pode utilizar o método dedutivo, pelo qual os termos são extraídos das fontes, sem se preocupar, num primeiro momento, com o controle de vocabulário para posteriormente, especialistas identificarem os termos mais genéricos (que representam as classes) e logo após alocar, nessas classes identificadas, os termos mais específicos. Outro método que pode ser utilizado nessa segunda abordagem é o indutivo, que, diferentemente do anterior, se preocuparia com o controle de vocabulário desde o início da coleta de termos. De acordo com esse método estabelece-se o controle de vocabulário sobre uma base terminológica que caminha do mais específico para o mais genérico. (SHINTAKU et al., 2021)

A terceira abordagem prevê uma combinação desses métodos em estágios distintos durante a construção do tesauro, podendo uma relação que foi estabelecida anteriormente com uso de um método indutivo, ser reavaliada com método dedutivo. (SHINTAKU et al., 2021)

A quarta abordagem é mais voltada para a construção de tesouros com o auxílio tecnológico, com identificação de forma automática de termos e verificação da frequência em que aparecem nas fontes, não descartando a possibilidade de consulta

aos usuários para a busca e análise de outros termos que não tenham sido identificados de forma automatizada. (SHINTAKU et al., 2021)

A busca pelos termos importantes para integrar o tesouro, precisa ser realizada em algumas fontes, sejam documentos internos de uma entidade, literatura técnica e científica sobre o assunto, manuais etc. A análise dessas fontes será crucial para a seleção de termos e a definição de conceitos, para isso, já na etapa de planejamento, segundo Campos, Gomes e Motta (2004), é preciso realizar o levantamento de fontes.

A forma como o tesouro será apresentado aos seus usuários finais também precisa ser definida, podendo ser impresso ou navegável, em formato sistemático, alfabético-estruturado, índice sistemático, busca de termos por caixa de pesquisa, etc.

Campos, Gomes e Motta (2004) recomendam que na fase de planejamento seja analisada a forma que serão divulgadas as possíveis atualizações, quando necessárias.

Outro ponto a ser definido é o software que será utilizado como base para a construção do tesouro. Existem algumas opções gratuitas e abertas, uns que necessitam ser instalados localmente e outros que podem ser utilizados diretamente pelo navegador web acessando o respectivo site.

Como exemplo de softwares para a construção de tesouros temos o TemaTres que possui até um guia de uso elaborado por Shintaku et al (2019) com apoio do Instituto Brasileiro de Informação em ciência e tecnologia (IBICT). O Guia indica que para o uso do TemaTres é preciso instalar um Servidor Web, o PHP e um Banco de Dados, sendo sugerido o MySql. Com o sistema todo configurado o usuário poderá realizar acesso à ferramenta a partir de navegador Web.

Temos também o Thesa que:

Foi desenvolvido objetivando disponibilizar um instrumento para os estudantes de graduação de biblioteconomia na disciplina de Linguagens Documentárias para a elaboração de tesouros, de modo que possibilite reduzir o trabalho operacional e dar maior atenção ao trabalho de desenvolvimento cognitivo e conceitual referente a modelagem do domínio (GABRIEL JÚNIOR; LAIPELT, 2017, p. 134).

O Thesa não necessita de nenhum tipo de instalação local e pode ser utilizado com todas as suas funcionalidades diretamente por acesso com um navegador de Internet.

Um tesouro precisa sofrer manutenção periódica, com atualizações que sejam necessárias por causa do surgimento de novos termos, conceitos e necessidades da área para a qual foi construído. Na fase de planejamento, Campos, Gomes e Motta (2004) também recomendam que sejam consideradas as necessidades futuras de manutenção.

Importante esclarecer que tudo o que foi dito até agora sobre a construção de tesouros, o foi porque este Sistema de Organização do Conhecimento foi aquele escolhido como exemplo, pois cada um desses Sistemas, como já dito, tem suas particularidades e utilidades a depender do fim pretendido com seu uso na recuperação da informação. Porém, entende-se que no processo de construção de qualquer um deles, não se prescinde da necessidade de realizar um mapeamento terminológico do domínio, atividade foco desta pesquisa.

4 RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Consideramos importante trazer considerações sobre a Recuperação da Informação (RI) que Hjørland (2021) considera uma área de pesquisa distinta da Organização do Conhecimento. Considera o autor que a RI, atualmente, está mais próxima da Ciência da Computação e defende a ideia de um trabalho conjunto entre especialistas em Sistemas de Organização do Conhecimento e cientistas da computação para que seja possível “fornecer documentos e conhecimentos que estejam de acordo com nossas reivindicações de conhecimento mais bem fundamentadas” (HJORLAND, 2021, p. 22).

Ferneda (2003, p. 11), parafraseando Saracevic (1999) afirma que “a recuperação de Informação pode ser considerada a vertente tecnológica da Ciência da Informação e é resultado da relação desta com a Ciência da Computação”.

Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (2013), posicionam a Recuperação da Informação como área de estudo da Ciência da Computação, afirmando que um de seus objetivos é permitir que os usuários de um sistema informatizado possam obter acesso a informações, que lhes interessam, de forma fácil.

Os estudos de Recuperação Inteligente da Informação versam especificamente sobre o uso de Sistemas informatizados para atingir de forma eficiente o objetivo de recuperar informação em um âmbito específico, seja corporativo ou mesmo em ambiente da Internet.

Sequência de passos é necessária para a Recuperação da Informação, as etapas podem ser a formação da coleção de documentos que serão alvos da busca, a indexação, a formulação de uma consulta pelo usuário, a expansão da consulta, o processamento, onde os termos da consulta são efetivamente buscados no índice e por fim o ranqueamento dos documentos recuperados.

Todos esses passos são de grande importância para o sucesso de um sistema de recuperação de Informação, porém, neste trabalho queremos destacar a fase de expansão da consulta no âmbito da Recuperação Inteligente da Informação.

Ferneda (2003, p. 14), para esclarecer de forma sintetizada como pensam alguns autores sobre a Recuperação da Informação afirma que:

No contexto da Ciência da Informação, o termo “recuperação de informação” significa, para uns, a operação pela qual se seleciona documentos, a partir do acervo, em função da demanda do usuário. Para outros, “recuperação de informação” consiste no fornecimento, a

partir de uma demanda definida pelo usuário, dos elementos de informação documentária correspondentes. O termo pode ainda ser empregado para designar a operação que fornece uma resposta mais ou menos elaborada a uma demanda, e esta resposta é convertida num produto cujo formato é acordado com o usuário (bibliografia, nota de síntese etc.).

Caso se planejasse realizar a construção de um Sistema de Recuperação de Informação destinado a realizar buscas nos autos de Inquéritos Policiais o primeiro passo seria a formação de um *corpus* de documentos que abrangeria todas as peças relacionadas a cada IPL instaurado pela Polícia Federal em todo o Brasil e armazenadas em seus sistemas.

Uma vez que tenhamos esse repositório central com todos os documentos, que contêm as informações que possam interessar a um policial (usuário do sistema) que necessita realizar uma consulta, esses documentos precisam ser indexados.

Sobre essa indexação Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (2013, p. 6) afirmam que:

Os documentos no repositório central precisam ser indexados para que a recuperação e o ranqueamento sejam efetuados rapidamente. A estrutura de índice mais utilizada é o *índice invertido* composto por todas as palavras distintas da coleção e para cada palavra, a lista de documentos que a contém. Na criação do índice invertido devem ser excluídas todas as palavras consideradas *stop words*, como artigos, conectores e aquelas que aparecem em praticamente todos os documentos.

O SRI deve disponibilizar uma interface onde o usuário possa inserir os termos que pretende consultar com o fim de recuperar a informação pretendida, normalmente trata-se de um campo de busca onde são digitadas as palavras ou expressões pelo usuário e por fim acionado o mecanismo de busca.

Uma vez especificados os termos de interesse do usuário, para uma maior eficiência na recuperação, a consulta precisa ser expandida, associando a ela outras informações que possam ampliar as possibilidades de recuperação, exemplificando de maneira simplista, caso o policial pretenda recuperar documentos que tragam informação sobre “abuso sexual infantojuvenil”, o sistema, na expansão da consulta, poderia ampliar esse parâmetro, acrescentando na busca, termos próximos ou sinônimos como “pedofilia”, “pornografia infantil” ou “estupro de vulnerável”.

Corroborando com o que foi exposto acima, podemos citar Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (2013, p. 7) quando discorrem que:

Para realizar uma busca, o usuário primeiro especifica uma *consulta* que reflete sua necessidade de informação. A seguir, a consulta é analisada sintaticamente e expandida com, por exemplo, formas

variantes das palavras da consulta. A consulta expandida, que chamaremos de *consulta do sistema*, é então processada, utilizando-se o índice para recuperar um subconjunto dos documentos.

Considerando que o *corpus* de documentos está devidamente armazenado e tratado, sendo então criado o índice invertido, onde todos os termos importantes que existem nos documentos são listados e associados a aqueles que os contém; uma vez que a consulta seja realizada pelo usuário, e posteriormente expandida; a consulta do Sistema é confrontada com o índice e os documentos correspondentes são recuperados.

Tendo sido recuperados os documentos tidos como de interesse para o usuário, devem finalmente serem submetidos a um ranqueamento com o fim de apresentá-los numa ordem de importância, exibindo com prioridade os que tenham maior probabilidade de serem considerados mais úteis.

O funcionamento de um Sistema de Recuperação de Informações pode ser avaliado considerando vários parâmetros, sendo os principais a precisão e a revocação. Esses parâmetros são explicados por Câmara Júnior (2013, p. 81) quando cita Bird, Klein e Loper (2009).

A precisão considera a quantidade de documentos que foram recuperados que são realmente relevantes para as necessidades de informação do usuário. No exemplo de consulta que foi utilizado anteriormente, a precisão da recuperação de Informações seria considerada maior, conforme a quantidade de documentos recuperados que tratassem de investigações de crimes relacionados a abuso sexual infantojuvenil. Dentre os documentos que forem recuperados pela consulta, quanto maior for a quantidade daqueles considerados relevantes, maior será a precisão e mais eficiente seria considerado o Sistema.

Já a revocação é medida conforme a quantidade de documentos relevantes que existem no *corpus* e que são efetivamente recuperados pela consulta. Novamente considerando o exemplo de consulta de termo utilizado anteriormente nesse texto, caso existam na base de dados centenas de documentos que versem sobre investigações de crimes relacionados a abuso sexual infantojuvenil, quanto maior o número desses documentos que sejam efetivamente recuperados, maior a revocação do Sistema.

Para que um sistema tenha os melhores índices de precisão e revocação, vários dos componentes de um Sistema de Recuperação de Informação precisam ser

aprimorados e desenvolvidos com o máximo de eficiência e entre eles está o componente responsável pela expansão de consultas

Quando um usuário de um Sistema de Recuperação de Informação precisa encontrar documentos que atendam a uma necessidade específica, irá realizar uma consulta usando como parâmetro de busca, termos ou frases que ele entende que trarão o melhor retorno possível.

Os termos escolhidos pelo usuário, nem sempre serão os mais adequados ou suficientes para uma recuperação eficiente e nessa hora os componentes inteligentes do sistema precisam ser utilizados, expandindo a consulta do usuário para chegar a uma consulta que permita uma recuperação mais abrangente e de qualidade.

Gonzalez e Strube de Lima (2003, p. 30) explicam que a expansão de consulta pode ter o objetivo de tornar o conjunto de documentos recuperados maior ou ainda melhorar a precisão da recuperação, no primeiro caso:

[...] os termos expandidos são selecionados entre aqueles similares aos originais encontrados na consulta. Seriam considerados similares aqueles que possuem significado semelhante, mas nem sempre são sinônimos, como “casa” e “prédio”.

Já no segundo caso:

[...] os termos adicionados não são similares, porém apresentam algum tipo de relacionamento (como o que ocorre entre “casa” e “morar”) com os termos originais, deduzido por motivação linguística ou através de dados estatísticos.

Cardoso (2008, p. 2), chama de Reformulação Automática de Consultas a técnica que:

[...] procura reformular a consulta inicial do utilizador de forma automática, adicionando termos fortemente relacionados com a pesquisa, removendo termos irrelevantes ou geradores de ruído, e atribuindo pesos de importância a cada termo. No final, a linha de consulta reformulada será mais precisa e fiel à necessidade de informação real do utilizador, e mais robusta em relação às diferenças de vocabulário patente entre documentos e consultas.

Os Sistemas de Organização do Conhecimento podem ser utilizados na expansão de consultas em Sistemas de Recuperação da Informação, Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (2013) discutem sobre duas variações possíveis para a análise global, ambas baseadas em tesauros, são elas a “expansão de consulta baseada em um tesauro de similaridade” e a “expansão de consultas com base em um tesauro estatístico”.

Fachin (2010, p. 259) implementou importante pesquisa sobre a existência de “aplicações de mecanismos de Recuperação Inteligente da Informação que usem ontologia como recurso na recuperação precisa e eficaz da Informação”, ao final encontrou quatro artigos que tratam do tema e que foram analisados.

Saias (2003, p. 29) acredita que:

Como meio estruturado capaz de representar informação semântica, as ontologias podem ser utilizadas no âmbito de Sistemas de Recuperação de Informação com o objectivo de melhorar os resultados. A existência de relações hierárquicas, e não só, sobre a semântica da informação poderá potenciar uma melhoria da eficiência nos SRI.

Principalmente no contexto de um domínio específico, nos parece que o uso de ontologias, bem como tesouros, pode incrementar em muito a eficiência da recuperação da informação.

Considerando tudo o que foi exposto concluímos que para aprimorar a recuperação de informação nos autos de IPL, necessariamente é preciso implementar um Sistema de Organização do Conhecimento e para tanto, faz-se necessário um Mapeamento Terminológico.

5 METODOLOGIA

Considerando a totalidade dessa pesquisa, a classificamos quanto a sua finalidade como uma pesquisa aplicada, visto que busca colaborar na solução de um problema específico que é a recuperação da informação contida nos autos do inquérito policial de forma mais eficiente (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Quanto aos objetivos da pesquisa, a classificamos como exploratória, considerando que acaba por realizar o mapeamento terminológico em um domínio específico formado por profissionais policiais, membros da Polícia Federal e cuja missão é investigar crimes relacionados ao abuso infantojuvenil.

A abordagem usada é qualitativa, tendo o autor uma atuação fundamental ao buscar conceitos teóricos e analisar as peças utilizadas como base para a extração de termos, sem preocupações estatísticas ou quantificação de dados analisados.

Por fim, cabe esclarecer que os procedimentos adotados durante o trabalho envolvem a pesquisa bibliográfica e documental.

O método utilizado, para atingir os objetivos propostos, iniciou-se com uma revisão bibliográfica que teve como finalidade buscar esclarecimentos sobre o trabalho da Polícia Federal na execução de sua função investigativa, quando atua na apuração de infrações penais e materializa todo o trabalho nos autos de inquérito policial. Esta etapa proporcionou a identificação do problema na recuperação da informação gerada e armazenada, atualmente, com uso do sistema ePol.

Ainda utilizando o método de pesquisas bibliográficas, buscou-se situar a pesquisa no contexto da Ciência da Informação, mais especificamente nas áreas de estudo da Organização do Conhecimento e da Recuperação da Informação. Esta fase trouxe ainda, noções de Sistemas de Organização do Conhecimento e procedimentos para sua implementação, Sistemas de Recuperação Inteligente da Informação, bem como definições de termos como “informação” e “conhecimento”.

A análise da bibliografia deu suporte à formulação do método exposto a seguir, para realização de mapeamento terminológico objetivando propiciar melhorias na recuperação da informação contida nos autos de inquéritos policiais federais.

Com base em Campos, Gomes e Motta (2004) e Shitaku et al. (2021) o método de desenvolvimento de cada fase do mapeamento terminológico está descrito a seguir.

1) Planejamento:

a) Delimitação do tema:

Autos de inquérito policial referentes às investigações de crimes relacionados a abusos sexuais infantojuvenil na Internet.

b) Identificação do público ao qual o tesouro se destina:

Policiais Federais que atuam em investigações relacionadas a abuso sexual infantojuvenil em todo território nacional.

c) Levantamento de fontes para a busca dos termos que constituirão o tesouro:

Dos Autos de inquérito policial, selecionamos 20 documentos. A escolha das peças teve como parâmetros documentos produzidos por policiais no curso das investigações, endereçados ao Delegado que preside os autos e, geralmente, com uso de linguagem própria do domínio.

Os documentos selecionados apresentam uma variação quanto aos seus autores, evitando documentos produzidos por um único policial. Isso se faz necessário porque os Policiais Federais que participam das investigações possuem formação em diferentes áreas do saber e isso pode influenciar, de alguma forma, nos termos e estilo de escrita por eles utilizados na redação, o que pode trazer maior riqueza terminológica.

2) Levantamento de vocabulário

a) Coleta dos termos:

Foi realizada uma leitura qualitativa na íntegra das peças em busca de termos que pudessem refletir a linguagem do domínio. Foram coletados termos considerando todas as variações gramaticais e semânticas observadas.

b) Organização dos conceitos:

Aos serem coletados, os termos foram agrupados primeiramente sendo inseridos em uma tabela, usando um editor de textos. A análise dos termos coletados permitiu a definição de categorias. Para definição dos conceitos, inicialmente foi realizada busca em normas legais, com objetivo de verificar se já existe uma definição deles, quando positivo, foi avaliado se ela se encaixa à realidade do domínio. Quando não foi encontrada uma definição na legislação, a busca continuou em obras de doutrina das ciências policiais, jurídicas e até mesmo da Tecnologia da Informação, conforme o caso. Também foi considerada a própria evidência semântica do discurso apresentado no texto analisado.

3) Forma de apresentação:

Como explanado no item anterior, o levantamento inicial dos termos e sua categorização foram registrados em editor de texto simples, uma vez concluída essa etapa, os termos coletados foram revisados com o objetivo de confirmar sua adequação, realização de ajustes que sejam necessários e escolha dos termos descritores.

Pelo princípio da lógica, desdobrou-se (mas não se restringiu) relações conceituais hierárquicas e mapeamento de sinônimos entre os termos pertencentes a uma mesma categoria. Pelo mesmo princípio (mas não restringido), mapeou-se relações associativas entre termos de categorias diversas.

Os termos, conceitos e relações foram inseridos no sistema Thesa. Uma vez inseridas as relações conceituais, o sistema produziu automaticamente uma visualização em forma de mapa semântico, que se configura em um formato amigável para que outros policiais possam compreender o mapeamento semântico.

4) Avaliação

Utilizando uma funcionalidade da ferramenta Thesa, foi criado um arquivo PDF com o conteúdo do tesouro, sendo esse arquivo então encaminhado para três policiais federais, objetivando que indicassem concordância ou eventuais discordâncias quanto às categorias, termos escolhidos como descritores, conceitos e relações encontrados. Por meio de conversas telefônicas, foram dadas explicações básicas sobre a pesquisa e sobre o conteúdo do arquivo.

Os policiais federais que participaram da avaliação foram escolhidos entre aqueles que trabalham há bastante tempo com investigações relacionadas ao abuso sexual contra crianças e adolescentes, que são reconhecidos por seus pares por sua competência na execução dos seu ofício e que demonstraram disposição em ajudar. A formação acadêmica desses três policiais é nas áreas de Direito, Administração e Tecnologia da Informação, sendo o primeiro Delegado de Polícia Federal e os demais Agentes de Polícia Federal.

6 RESULTADOS

Foram analisados autos de Inquéritos policiais federais que foram instaurados para investigar crimes relacionados a abuso sexual infantojuvenil com o objetivo de buscar peças que poderiam integrar o um *corpus* especializado para a finalidade terminográfica. Esse tipo de inquérito fica sob segredo de justiça e o acesso a eles é restrito apenas a policiais que estão efetivamente envolvidos com as investigações, por esse motivo, a análise recaiu sob autos aos quais o autor tem acesso por necessidade do serviço policial. Nos inquéritos analisados existem peças produzidas por variados policiais lotados em diversas unidades da Polícia Federal.

Com a análise dos inquéritos, extraiu-se, em formato PDF, uma amostra contendo 20 peças, sendo 12 Informações de Polícia Judiciária e 8 Relatórios de Análise de Polícia Judiciária. Apesar da ideia inicial ser a de trabalhar com uma amostra de 10 IPJs e 10 RAPJs, no momento da análise das peças contidas nos inquéritos, houve entendimento de que o conteúdo daquelas que foram selecionadas justificava a escolha de um número um pouco maior de IPJs.

Como critério para a seleção das peças buscou-se aquelas elaboradas por diferentes policiais (nenhuma delas foi produzida pelo mesmo policial), produzidas em diversas fases de investigação e que se referiam a diferentes modos de agir dos criminosos (uso de redes P2P, uso de redes sociais, ameaças a vítimas etc.). Os inquéritos analisados haviam sido instaurados em um espaço temporal entre os anos de 2020 a 2023.

As peças coletadas foram armazenadas em pastas de arquivos, criadas especialmente para isso, em um ambiente seguro na rede interna da Polícia Federal (Unidade de armazenamento de acesso restrito) e abertas uma por vez para leitura qualitativa objetivando selecionar termos do domínio.

Durante a seleção dos termos, o foco foi naqueles que pudessem ser úteis para compreender a linguagem efetivamente utilizada pela comunidade discursiva e como ocorre a comunicação entre policiais federais da área. A escolha foi baseada na experiência profissional do autor que tem participação efetiva em investigações que demandam análise atenta dos autos e também no seu conhecimento desta comunidade, tendo em vista fazer parte dela. Os estudos realizados na área de Ciência da Informação, principalmente as pesquisas bibliográficas durante a

elaboração do referencial teórico, foram fundamentais para a identificação de pertinência temática e pragmática dos termos.

Cada termo candidato foi copiado da peça onde foi encontrado e colado numa planilha criada em um editor de textos, sendo mantidos em ordem alfabética para evitar inclusão em duplicidade conforme a quantidade deles foi aumentando.

Após a leitura de todos os textos e sendo finalizada a coleta de 86 termos, foram criadas tabelas destinadas a agrupa-los em cinco grandes categorias. As categorias foram estabelecidas em definitivo a partir da análise dos termos coletados e inseridos na tabela principal.

Figura 5 – Tela da ferramenta Thesa onde é possível ver o número de termos e de conceitos

The screenshot shows the Thesa tool interface. At the top, there is a navigation bar with buttons for 'todas' and letters A through W. Below this is an 'Export_to:' section with options: .xml, .csv, .txt, .rdf, .json, .skos, .pdf. The main content area displays a list of terms starting with 'C'. On the right side, there is a summary table.

Export_to:	.xml	.csv	.txt	.rdf	.json	.skos	.pdf
C							
termos	86						
conceitos	66						

- ◆ Cadeia de custódia^(por)
- ◆ Caso Rapina^(por)
- ◆ Categoria - Ferramentas e Estrutura para Investigação^(por)
- ◆ Categoria - Meios para o cometimento de crime^(por)
- ◆ Categoria - Objetos de Interesse para investigações^(por)
- ◆ Categoria - Práticas Ilícitas^(por)
- ◆ Categoria - Técnicas e Métodos de Investigação^(por)
- ◆ Categorização de Arquivos por Hash^(por)
- ◆ Compartilhamento de Material de Abuso Infantojuvenil^(por)
- Computador *use* Terminal de Acesso a Internet^(por)
- ◆ Confirmação de Endereço^(por)
- ◆ CPS^(por)
- ◆ Cruzamento de Dados^(por)

Fonte: captura de tela do sistema feita pelo autor

A primeira categoria foi denominada “Ferramentas e Estrutura para Investigação” e visa englobar os termos relativos a tudo o que é utilizado pelos policiais para implementar as ações investigativas, softwares, sistemas de informática e até mesmo estruturas físicas, veículos e instalações.

A segunda categoria foi denominada “Técnicas e Métodos de Investigação”, englobando termos relacionados às técnicas investigativas e metodologias utilizadas

pela polícia para investigar, englobando até mesmo metodologias de estruturação e redução a termo em documentos, das diligências realizadas.

A terceira categoria, denominada “Objetos de Interesse para Investigações”, agrupa termos relacionados a tudo aquilo que pode ser foco da ação policial em busca de provas ou indícios de autoria, materialidade ou circunstâncias de um delito, objetos apreendidos, relatórios recebidos de provedores de Internet etc.

A quarta categoria foi denominada “Práticas Ilícitas” e engloba termos relacionados a ações implementadas por criminosos durante a prática de delitos, principalmente os fatos típicos. Importante esclarecer que um fato típico é aquele que se amolda à conduta descrita em um tipo penal (artigo de Lei que descreve algo que, se praticado por alguém, constitui um crime a ser punido).

Por último, a quinta categoria foi denominada “Meios para o cometimento de crime” e visa agrupar os termos relacionados a ferramentas de software, instrumentos, métodos, infraestrutura e aplicações que os criminosos utilizam para praticar os delitos ou se manter anônimos, dificultando as ações policiais que visam obter indícios e provas, bem como determinar a autoria.

Nessa fase cada termo foi recortado da tabela principal e copiado para a tabela da categoria à qual melhor se adequava. Durante esse procedimento foi realizado um primeiro filtro e alguns termos foram excluídos por serem considerados inadequados. Foram considerados inadequados, entre outros, os que nomeiam aplicações de Internet amplamente conhecidas (Facebook, WhatsApp, Instagram etc.) ou grandes empresas (Microsoft, Apple etc.).

Com a transferência de todos os termos para as tabelas criadas para cada categoria, verificou-se que seria inviável a tarefa de definir conceitos e relacionamentos entre todos os 351 coletados, considerando o tempo disponível para entrega do resultado final desta pesquisa e, por esse motivo, optou-se por selecionar quais seriam de fato utilizados, separando, entre os escolhidos, aqueles que seriam termos preferenciais e os que deveriam figurar como sinônimos.

Em alguns casos houve dificuldades na escolha do termo que seria considerado descritor, acreditamos que isto foi motivado por uma falta de padronização terminológica – passível de ser contornada a partir de estudos como este - e pela amostra de peças ser relativamente pequena. Os diferentes policiais que as elaboraram escolheram termos distintos para representar um mesmo conceito, não havia um que preponderava em quantidade e a análise de qual seria o mais adequado

demandaria estudos e discussões mais aprofundadas. Por esse motivo, quando essa dificuldade foi encontrada, a escolha foi feita com base em análise do autor.

Na aplicação Thesa, foi então criado um tesouro nomeado “Mapeamento Terminológico dos autos de inquérito policial federal”, para que nele os termos fossem inseridos. Por causa de características dessa aplicação a primeira providência foi inserir um termo, que na verdade era o nome do tesouro, tornando-se este o termo geral para as cinco categorias.

Também por causa de características da aplicação Thesa, foram adicionados termos para cada uma das cinco categorias, sendo constituídos da palavra “Categoria” seguida de um traço simples separador e o nome dado à respectiva categoria.

Figura 6 – Tela da ferramenta Thesa onde é possível ver as cinco categorias do Tesouro.

Mapeamento Terminológico dos Autos de Inquérito Policial Federal ^(por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/38687>

TE: [Categoria - Meios para o cometimento de crime](#) ^(por)

TE: [Categoria - Objetos de Interesse para investigações](#) ^(por)

TE: [Categoria - Práticas Ilícitas](#) ^(por)

TE: [Categoria - Técnicas e Métodos de Investigação](#) ^(por)

TE: [Categoria - Ferramentas e Estrutura para Investigação](#) ^(por)

Definição do conceito

Identificação de termos utilizados por policiais federais que investigam crimes relacionados ao abuso sexual infantojuvenil, definição de conceitos representados pelos termos e seus relacionamentos semânticos.

Fonte: captura de tela do sistema feita pelo autor

Optou-se, para que existisse padronização da grafia dos termos, por inseri-los com as iniciais de cada uma das palavras em maiúsculas e as demais letras em minúsculas, sempre no singular, por exemplo: “Aplicativo”.

Cada termo candidato que fora escolhido como preferencial foi sendo inserido no Thesa e imediatamente foi realizada a definição do conceito bem como o relacionamento, tanto com o Termo Geral (normalmente uma das categorias) como, quando adequado, com outros termos já inseridos anteriormente.

Como alternativa para a busca de elementos definitórios e a formulação de definições terminológicas, inicialmente buscou-se encontrar conceitos existentes em

normas jurídicas brasileiras que normalmente são aplicadas às investigações policiais como o Código de Processo Penal (BRASIL, 1941), Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e o Marco Civil da Internet (BRASIL, 2014). As definições encontradas nessas normas foram utilizadas no presente trabalho, em alguns casos com pequenas adequações para a realidade do domínio. Como exemplo, o conceito de “Terminal de Acesso à Internet”, que normalmente é utilizado na comunidade discursiva objeto dessa pesquisa, foi extraído do Marco Civil da Internet, porém naquela norma o conceito está vinculado ao termo “Terminal”.

Figura 7 – Tela da ferramenta Thesa onde é possível ver dados referentes ao termo “Terminal de Acesso a Internet”.

Terminal de Acesso a Internet ^(por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28703>

TG: [Categoria - Meios para o cometimento de crime](#) ^(por)

UP (variação de): [Computador](#) ^(por)

Definição do conceito

Computador ou qualquer dispositivo que se conecte à internet.

Garantia literária

LEI N° 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014, Artigo 5.

Nota de exemplo

O criminoso se conectou ao Site por meio de um Terminal de Acesso a Internet com MAC Address 47-E4-88-CC.

Fonte: captura de tela do sistema feita pelo autor

Foi verificado que fontes promissoras para a definição de alguns conceitos do domínio são as apostilas de ensino policial, destinadas a alunos da Academia Nacional de Polícia, porém o acesso a esse material é restrito e só foi possível, considerando o tempo disponível para a conclusão da pesquisa, obter acesso à apostila de técnicas operacionais – abordagem (BRASIL, 2021), de onde foi extraído o conceito de “abordagem”. Este foi um termo que causou divergências entre os policiais que foram consultados, apesar de constar em apostila, parece não refletir exatamente a realidade de seu uso nas comunicações entre os policiais.

Para a definição de muitos conceitos houve a necessidade de formulá-los com base no conhecimento especializado da realidade do domínio, adquirido pelo autor durante o tempo em que atua na Polícia Federal em investigações do gênero. Como exemplo podemos citar o termo Análise de Dados Cadastrais, cujo conceito ficou: “Técnica de investigação utilizada por policiais que consiste no ato de analisar os dados cadastrais de pessoas relacionadas à investigação em busca de indícios ou provas de autoria, materialidade ou circunstâncias de um delito”.

Foi realizada uma tentativa de incluir nos conceitos as categorias basilares que são o gênero próximo e a diferença específica, mas quanto a determinados termos houve dificuldades para manter essa formulação. Como exemplo, ao conceituar o termo “Abuso Sexual Infantil”, iniciou-se com o gênero próximo “Abuso sexual infantojuvenil ...” complementado pela diferença específica “... praticado contra crianças”. Já em relação ao termo geral “Abuso Sexual Infantojuvenil” não foi possível fazer o mesmo, ficando definido como “Qualquer prática ilícita descrita nos artigos 240 a 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90)”.

Por fim, a análise do discurso contido nos textos também foi importante para se encontrar evidências semânticas que pudessem ser úteis para a construção dos conceitos.

Assim que foi concluída a inserção dos termos no Thesa foi utilizada uma funcionalidade da ferramenta para criar um arquivo PDF (Anexo A) com seu conteúdo. Neste arquivo é possível visualizar os termos de uma forma gráfica, seguida de uma apresentação sistemática, mostrando os termos de forma hierárquica, posteriormente são apresentados em formato de glossário, ainda na sequência uma apresentação alfabética e por fim uma ficha terminológica para coleta dos termos.

Esse arquivo PDF gerado foi então encaminhado para três policiais federais, sendo dois agentes de polícia federal que se destacam pela qualidade de seus trabalhos relacionados a investigações de abuso sexual infantojuvenil e um integrante da carreira de delegado de polícia federal com vasta experiência não só em investigações desse tipo, como na coordenação de equipes em nível nacional. Assim que o arquivo foi enviado, foram realizadas conversas telefônicas por meio das quais foram dadas explicações básicas sobre a pesquisa, sobre o conteúdo do arquivo e foram instruídos a manifestar concordância ou discordância sobre os termos escolhidos como descritores, as relações terminológicas, os conceitos e a divisão nas cinco categorias propostas.

As respostas foram recebidas por intermédio de conversas realizadas por meio de aplicativo de mensagens instantâneas, os três policiais, após lerem o conteúdo do documento enviado, foram realizando comentários, conforme disponibilidade de tempo, esclarecendo dúvidas e manifestando suas opiniões.

Quanto às cinco categorias criadas não houve nenhum questionamento e nem sugestões de qualquer alteração ou forma distinta de se dividir os termos.

Quanto aos termos escolhidos como descritores, houve certa divergência de opiniões o que mostrou que ainda não existe consenso quanto ao uso de termos que são importantes e comumente utilizados nos documentos que compõe os inquéritos. Um deles foi o termo “abuso sexual infantojuvenil” que, após analisar as considerações de todos, pareceu o mais adequado, visto que foi eleito para ser utilizado até mesmo para nomear Unidade central da PF e foi defendido com boa argumentação por um dos policiais consultados.

Durante a elaboração desse trabalho, tinha sido eleito pelo autor como termo adequado “abuso sexual de menores”, porém após diálogos com o policial acima citado, entendeu-se que denominar pessoas com menos de dezoito anos como “menores” pode ser entendido como algo pejorativo, visto que o termo remete a leis antigas e já revogadas que tratavam sobre atos infracionais, é amplamente contraindicado por várias organizações de defesa de direitos das crianças e adolescentes e foi abolido de todas as normas modernas, desta forma, acabou-se por optar em substituir o termo em todos os lugares que aparecia nessa pesquisa.

Houve certa divergência em relação aos conceitos, sendo alguns considerados extensos demais e constando especificidades excessivas, como aquele representado pelo termo “RAPJ”, qual seja: “Documento de natureza policial, de elaboração determinada pelo Delegado de Polícia Federal, no curso de procedimento policial, que compreenderá o cotejamento minucioso dos elementos indiciários ou de prova colhidos no contexto da investigação, devendo conter: dados do procedimento; objeto da análise; exame do objeto e confronto com outros elementos da investigação e conclusão”. Para tal conceito houve sugestão de se retirar o atributo de que a peça era “de elaboração determinada pelo Delegado de Polícia Federal”. Porém considerou-se que o conceito relacionado a esse termo consta em norma interna da PF e parece se adequar à realidade de uso na comunidade discursiva estudada.

Houve alguns questionamentos sobre a inclusão de termos que representam sistemas internos da Polícia Federal, com alegações de que poderia expor

ferramentas de investigação, porém foi considerado que na elaboração do conceito dos mesmos não houve qualquer exposição de informações sensíveis e a existência desse sistemas é de conhecimento público devido a matérias veiculadas na Internet nas quais os mesmos são de alguma forma citados.

Um dos policiais questionou o fato de se ter colocado o termo “Caso Rapina” na categoria “Técnicas e Métodos de Investigação”, entendendo que a categoria adequada seria a “Ferramentas e Estrutura para Investigação”. O termo “Sistema Rapina” representa uma ferramenta de software (gerenciador de banco de dados), porém o termo “Caso Rapina” refere-se, na verdade, há uma metodologia de gerenciamento de investigações iniciadas a partir dessa ferramenta, sendo mais adequado que permaneça na categoria inicialmente proposta.

Figura 8 – Tela da ferramenta Thesa onde é possível ver dados relativos ao termo “Caso Rapina”.

Caso Rapina ^(por)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/38922>

TG: [Categoria - Técnicas e Métodos de Investigação](#)^(por)

Definição do conceito

Metodologia de investigação onde são realizados registros relativos a atos investigativos no sistema Rapina da Polícia Federal.

Fonte: captura de tela do sistema feita pelo autor

Figura 9 – Tela da ferramenta Thesa onde é possível ver dados relativos ao termo “Rapina”.

Rapina ^(por)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/39043>

TG: [Categoria - Ferramentas e Estrutura para Investigação](#) ^(por)

UP (variação de): [Sistema Rapina](#) ^(por)

Definição do conceito

Sistema de banco de dados interno da Polícia Federal.

Fonte: captura de tela do sistema feita pelo autor

Foi questionado por um dos policiais o conceito de “Dado Cadastral”, foi sugerida uma definição mais resumida, porém, como aquela inserida inicialmente no Thesa consta em norma legal e parece estar adequada para o contexto do domínio, foi mantida.

Figura 10 – Tela da ferramenta Thesa onde é possível ver dados relativos ao termo “Dado Cadastral”.

Dado Cadastral ^(por)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/38905>

TG: [Categoria - Objetos de Interesse para investigações](#) ^(por)

TE: [Endereço Cadastral](#) ^(por)

Definição do conceito

Dado cadastral consiste em informação de filiação, endereço e qualificação pessoal, entendida como nome, prenome, estado civil e profissão de usuário de provedores de acesso ou aplicações de Internet. (Decreto 8771/2016. Regulamenta o Marco Civil da Internet).

Fonte: captura de tela do sistema feita pelo autor

Os policias que participaram da avaliação se manifestaram sobre outros termos importantes que deveriam constar no mapeamento terminológico, sendo

explicado que apenas alguns, entre os coletados, foram inseridos, devido à limitação de tempo para a execução da pesquisa.

Concluída a etapa de validação foram realizados os ajustes finais para os 86 termos e 66 conceitos que resultaram do mapeamento terminológico. Esses ajustes consistiram basicamente em verificações gramaticais, grafia das palavras e construção de frases.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Polícia Federal possui atribuições únicas, que são reservadas constitucionalmente somente a ela e, devido à quantidade de funções que lhes são destinadas, desenvolveu uma complexa cultura organizacional onde são comuns a busca por excelência em todas as suas diversas áreas de atuação e a integridade de conduta de seus servidores.

No âmbito dessa instituição existem diversas subculturas com especificidades motivadas pelas práticas, muitas vezes exclusivas, de cada área de atuação, sendo essas áreas tão variadas que muitos servidores provavelmente nunca, em toda a sua carreira, atuarão em todas.

No desempenho de suas atribuições relacionadas à investigação de crimes, a Polícia Federal gera uma vasta quantidade de conhecimentos que são materializados nos autos de milhares de inquéritos policiais federais. Todo esse conhecimento, para ser plenamente útil, precisa ser recuperado quando necessário e para isso depende de uma eficiente organização.

A profissionalização do serviço público, tão necessária, passa por estudos e pesquisas e no caso da Polícia Federal, considera-se um grande avanço a evolução das Ciências Policiais como área de estudo no Brasil, pois incentiva a busca por uma visão mais profissional da atuação policial, com estudos visando inovações e reflexões sobre as práticas policiais. Essa ciência, que só recentemente foi incluída no rol daquelas estudadas no Brasil, precisa atuar de forma interdisciplinar, pois muitos dos possíveis estudos da área certamente envolverão conhecimentos das Ciências Jurídicas, Tecnologia da Informação, Sociologia etc. sendo possível perceber, no decorrer desse trabalho, as importantes contribuições que podem advir da Ciência da Informação.

A Ciência da informação tem como característica marcante a interdisciplinaridade e, considerando a importância da organização do conhecimento para todas as instituições que o produzem e dependem dele para sua atuação, fica nítida a importância de estudos que contribuam para a implementação de inovações e melhorias nos trabalhos policiais, principalmente o aperfeiçoamento da organização e recuperação da informação.

O mapeamento terminológico é uma tarefa inicial imprescindível para que se possa conhecer e estudar a linguagem de uma comunidade discursiva e se torna

indispensável, como passo inicial para a implementação de Sistemas de Organização do Conhecimento que possam ser utilizados para a Recuperação da Informação e até mesmo para o aperfeiçoamento da comunicação, tanto internamente como com outros atores ligados à segurança pública.

Durante a aplicação da metodologia proposta nesse trabalho, foi possível observar uma série de dificuldades que precisam ser vencidas para um adequado aperfeiçoamento do mapeamento terminológico dos autos de inquérito policial.

A forma de seleção, armazenamento e leitura das peças utilizadas para a extração de termos mostrou-se adequada, porém, seguindo os trâmites internos relativos às possibilidades de acessar investigações que correm sob segredo de justiça, pode ser obtido acesso a um número maior de amostras, o que seria adequado para um trabalho mais abrangente de mapeamento terminológico. É possível que pesquisas na área também possam indicar métodos automatizados com uso de softwares que possam facilitar a identificação e mapeamento de termos do domínio.

Houve uma certa dificuldade em se definir as categorias gerais antes da coleta de termos e por esse motivo, somente após a visualização de uma grande quantidade deles é que foi possível raciocinar sobre qual a melhor forma de agrupá-los. Dessa forma, categorias pensadas inicialmente precisaram ser alteradas até se chegar a uma forma definitiva.

A coleta de termos e a inserção em uma tabela única não prejudicou o trabalho de mapeamento, os termos foram constantemente organizados em ordem alfabética o que impedia a repetição deles conforme a tabela foi ficando maior.

A forma de divisão em cinco categorias pode ser futuramente revista se o trabalho de mapeamento for expandido para amostras maiores, podendo ser necessária a criação de novas categorias ou até mesmo a divisão daquelas já existentes.

A escolha dos termos descritores e as relações de sinonímia, importantes para um controle semântico, estão entre as dificuldades iniciais encontradas, pois não existe um consenso na comunidade discursiva quanto a termos importantes e a variação foi grande nas peças analisadas. Há de se pensar a respeito da possibilidade de promover estudos terminológicos periódicos, com a participação de *experts* do domínio, com o objetivo de tratar do controle de vocabulário, análise da adequação de termos, seleção de descritores etc., com o objetivo de aperfeiçoar o mapeamento e implementar revisões periódicas na terminologia da comunidade discursiva.

Com a análise das amostras selecionadas para essa pesquisa, não foram encontradas ocorrências de polissemia, porém acredita-se que, analisando uma amostra mais abrangente, incluindo outras áreas de investigação da Polícia Federal, isso ocorreria.

A definição terminológica mostrou-se uma tarefa muito complexa e o tempo disponível para a elaboração do mapeamento e conclusão da dissertação foi insuficiente para que fosse realizada de forma mais adequada. Observou-se que seriam necessários mais estudos teóricos para a criação de conceitos relativos a termos que são próprios do domínio e uma melhor análise de outras fontes passíveis de serem utilizadas, além das normas jurídicas e apostilas da Academia Nacional de Polícia. Houve buscas por definições em obras do Direito e Ciências Policiais, mas percebeu-se que demandavam muito tempo o que foi inviabilizado devido aos prazos para conclusão desta pesquisa.

Os policiais que auxiliaram na revisão do trabalho de mapeamento mostraram-se grande conhecedores do domínio, entretanto não dispunham de muito tempo e disposição para realizar um trabalho minucioso e adequado. Mesmo assim, houve importantes apontamentos que mostraram ainda mais a necessidade de estudos terminológicos no âmbito da Polícia Federal. Considerando o cuidado que se deve ter em acessar informações sensíveis, como é o caso daquelas que foram objeto de análise desse trabalho, contendo até mesmo imagens de abuso, bem como a necessidade de conhecimento mínimo para a análise terminológica, fica clara a importância da escolha adequada de cada especialista do domínio que venha a desempenhar o papel de validação do mapeamento terminológico.

A aplicação Thesa serviu aos propósitos do presente trabalho, mas caso seja realizado um mapeamento mais abrangente, seriam necessários mais estudos sobre suas funcionalidades e também seria interessante a realização de experimentos com outras ferramentas disponíveis para avaliar a adequação de cada uma.

Conclui-se que é muito necessário um mapeamento abrangente e eficiente dos termos utilizados por todas as áreas investigativas da Polícia Federal, mas isso não pode ser feito sem uma conscientização dos dirigentes do órgão para que criem grupos de trabalho composto tanto por servidores conhecedores de cada área como de profissionais com conhecimentos profundos de Organização do Conhecimento.

Um grupo de trabalho formalmente criado poderia buscar uma adequada padronização terminológica, a criação de conceitos que realmente representem de

forma clara a realidade da comunidade discursiva e um conhecimento profundo da linguagem do domínio. Caso esses objetivos fossem atingidos teríamos como resultado um mapeamento terminológico amplo e adequado que serviria de base para a criação de Sistemas de Organização do Conhecimento e melhorias na Recuperação Inteligente de Informação, principalmente no sistema ePol.

REFERÊNCIAS

ANCIB – ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.
Disponível em: < <https://ancib.org/sobre/>>. Acesso em 28 out. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**. Métodos para análise de documentos – Determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro. 1992.

BAEZA-YATES, Ricardo. e RIBEIRO-NETO, Berthier. **Recuperação de Informação**: conceitos e tecnologia das máquinas de busca. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

BRASCHER, Marisa.; CAFÉ, Lígia. **Organização da Informação ou Organização do Conhecimento?** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008. São Paulo, Anais...São Paulo, USP, 2008.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>. Acesso em: 09 fev. 2022.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 09 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. **Portaria nº 1083/2010-DG/DPF de 29 de abril de 2010**. Institui o Sistema Cartorário – SISCART como sistema de apoio cartorário de uso obrigatório no âmbito do Departamento de Polícia Federal – DPF. Publicada no Boletim de Serviço nº 081, de 30 de abril de 2010 da Polícia Federal.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em 20 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. Polícia Federal. **Instrução Normativa nº 108-DG/PF, de 7 de novembro de 2016**. Publicada no Boletim de Serviço nº 210 no dia 8 de novembro de 2016. Brasília-DF.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria nº 155 de 27 de setembro de 2018**. Aprova o Regimento Interno da Polícia Federal. Disponível em:

<https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/1182/4/PRT_GM_2018_155.html>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Consulta sobre a inclusão das Ciências Policiais no rol das ciências estudadas no Brasil**. Processo n. 23123.007756/2017-45. Publicada no Diário Oficial da União em 09 de junho de 2020, Seção 1, página 22. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/132881-pces945-19/file>>. Acesso em 16 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Polícia Federal. Academia Nacional de Polícia. Apostila de Técnicas Operacionais – Abordagem. Brasília, 2021. Obra de acesso restrito.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Polícia Federal. **Organograma**. Disponível em <<https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/organograma/2022-organograma/pf-atualizado-v3.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/aceso-a-informacao/estatisticas/corregedoria-geral-coger/policia_judiciaria.pdf/@@download/file/policia_judiciaria.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.348 de 1º de janeiro de 2023**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/decreto/D11348.htm>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria MJSP nº 288, de 23 de janeiro de 2023**. Regulamenta a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça e Segurança Pública e detalha o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados Executivos e das Funções Comissionadas Executivas do Anexo II ao Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mjsp-n-288-de-23-de-janeiro-de-2023-459687649>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Polícia Federal. **Organograma – Unidades Centrais**. Com base no Decreto no 11.348, de 1o de janeiro de 2023, e Portaria MJSP no 288, de 23 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/pf/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. Polícia Federal. **Instrução Normativa DG/PF nº 255, de 20 de julho de 2023**. Regulamenta as atividades de polícia judiciária da Polícia Federal. Normativo Interno.

CÂMARA JÚNIOR, Auto Tavares da. **Processamento de linguagem natura para indexação automática semântico-ontológica**. 2013. 180 f., il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CAMARGO, Maria Fernanda Mayer de. **A construção de taxonomias para estruturação e recuperação de informações corporativas**. 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AMWFJC>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha; MOTTA, Dilza Fonseca. **Elaboração de Tesouro Documentário**. Tutorial. 2004. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/tesouro/>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CAPURRO, Rafael et al. **O conceito de informação**. Perspectivas em Ciência da Informação, [S.l.], v. 12, n. 1, nov. 2007. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

CARDOSO, Nuno. Novos rumos para a recuperação de informação em português. 2008. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/bitstream/1400.26/107/1/cardosol10.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2023

CARLAN, Eliana. **Sistemas de organização do conhecimento**: uma reflexão no contexto da ciência da informação. 2010. 195 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CARLAN, Eliana; MEDEIROS, Marisa Brascher Basílio. **Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação**. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, v. 4, n. 2, p. 53-73, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.26512/rici.v4.n2.2011.1675>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

COSTA, Maria Izabel Plath; BEVILACQUA, Cleci Regina. **Proposta Parcial de Organização e Análise da Terminologia da Polícia Civil: Os Modus Operandi Furto Chuca, Furto Descuido, Furto Mão Grande e Furto Punga**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Artigo Periódico, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/132015>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

COSTA, Maria Izabel Plath. **A Terminologia Empregada aos Criminosos e/ou Infratores pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/download/47354/51091>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

COSTA, Maria Izabel Plath. **Terminologia jurídico-policia**: Proposta de elaboração de um glossário eletrônico. Tese de Doutorado. 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/102211>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

DAHLBERG, Ingetraut. **Teoria do conceito**. Ciência da Informação, [S. l.], v. 7, n. 2, 1978. DOI: 10.18225/ci.inf.v7i2.115. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115>>. Acesso em: 21 jan. 2022.

FACHIN, Gleisy Regina Bories. **Recuperação inteligente da informação e ontologias**: um levantamento na área da Ciência da Informação. BIBLOS, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 259–283, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1282>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

FERNEDA, Edberto. **Recuperação de informação**: análise sobre a contribuição da ciência da computação para a ciência da informação. 2003. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. doi:10.11606/T.27.2003.tde-15032004-130230. Disponível em: <teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-15032004-130230/publico/tese>. Acesso em: 20 jun. 2022.

GABRIEL JUNIOR, Rene Faustino; LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira. **Thesa**: ferramenta para construção de tesouro semântico aplicado interoperável. Revista P2P & Inovação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.124-145, Mar./Set. 2017.

GOMES, Hagar Espanha. **Tendências da pesquisa em organização do conhecimento**. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119303>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

GONZALEZ, Marco Antônio Insaurriaga; STRUBE DE LIMA, Vera Lúcia. **Recuperação de informação e Processamento da Linguagem Natural**. In: Renata Vieira; Fernando Osório. (Org.). III Jornada de Mini-Cursos de Inteligência Artificial. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, v. 8, p. 347-395.

HJORLAND, Birger. **Information Retrieval and a Knowledge Organization: A Perspective from the Philosophy of Science**. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/info12030135>>. Acesso em: 20 set. 2022.

JUSTINIANO, Nara Fernanda. **Terminologia e tecnologia**: um estudo de termos de crimes cibernéticos. 2017. 106 f. il. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <repositorio.unb.br/handle/10482/22977>. Acesso em: 30 mai. 2023.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. Disponível em: <<https://www.iso.org/standards.html>>. Acesso em 22 nov. 2022.

KROEFF, Marcia Silveira; LEONETI, Fabiano Contart. **Estudo preliminar do Tesouro Brasileiro de Ciências do Esporte**. Preliminary study of the Thesaurus of Brazilian sports science. Revista ACB, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 76-104, dez. 2011. ISSN 1414-0594. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/825>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira; MONTEIRO-KREBS, Luciana. Termos sob a superfície: elementos teóricos, metodológicos e terminológicos para a Representação do Conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2021.

MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. **Ambiguidade e o contexto na representação de informações em domínios de especialidade**. Perspectivas em

Ciência da Informação, [S.l.], v. 25, p. 98-124, fev. 2020. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/4300/2351>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

MENEZES, Rômulo Fisch de Barrêdo. **Gestão do conhecimento no setor público: o aproveitamento da atividade investigativa da polícia federal brasileira**. 2020. 227 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) — Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/38735>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

MIRANDA, José da Cruz Bispo de; ARAÚJO, Juliana Maria Barbosa de. **Variação Linguística, Sociolinguística e Dialectologia**. A Variação Semântica no Campo Policial. 2008, Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiicnlf/16/volume_completo.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.

MORALES, Paula Dora Aostri; CÂNDIDO, Ana Clara. **Boas práticas de aprendizagem organizacional para estímulo à inovação na Polícia Federal**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 17, p. 1-26, mar. 2021. ISSN 1980-6949. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1402>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

MOREIRA, Alexandra.; ALVARENGA, Lídia; OLIVEIRA, Alcione de Paiva. **O nível do conhecimento e os instrumentos de representação: tesouros e ontologias**. DataGramZero, v. 5, n. 6, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6563>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. Disponível em: <<https://www.niso.org/welcome-to-niso>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

OLIVEIRA, Rafael Brito de. **Utilização de ontologias para busca em base de dados de acórdãos do STF**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) - Instituto de Matemática e Estatística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.45.2018.tde-24012018-110738. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/45/45134/tde-24012018-110738/pt-br.php>>. Acesso em: 16 mai. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª edição. Universidade Feevale. Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul – Brasil, 2013. Disponível em: <<https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2023.

SAIAS, José Miguel Gomes. **Uma Metodologia para a Construção Automática de Ontologias e a sua Aplicação em Sistemas de Recuperação de Informação**. 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10174/14578>>. Acesso em: 02 jul. 2022.

SALES, Rodrigo; CAFÉ, Lúgia. **Diferenças entre tesouros e ontologias**. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 14, n. 1, p. 99-116, 2009.

Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/35503>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

SARACEVIC, Tefko. **Ciência da informação: origem, evolução e relações**. Trabalho apresentado na International Conference on Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives. Aug.26-28, 1991. University of Tampere, Finland. Traduzido por Ana Maria P. Cardoso (Professora adjunta da Escola de Biblioteconomia da UFMG). 2 School of Communication, Information and Library Studies, Rutgers University, USA. In: *Perspectivas em Ciências da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996 . Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308/17916>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SHINTAKU, Milton. (Org.); BRASILEIRO, Ítalo Barbosa; JESUS, Jaqueline Rodrigues dos; SANTOS, José Carlos Francisco dos; SCHIESSL, Marcelo; OLIVEIRA, Keicielle Schimidt de; COSTA, Lucas Rodrigues; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; CASTRO, Priscila de Paiva; GOMES, Rafael Fernandez; MENÊSES, Raíssa da Veiga de; MOREIRA, Walter. *Guia do usuário do TemaTres*. Brasília: Ibict, 2019. 163 p. ISBN 978-85-7013-155-3. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4199>>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SHINTAKU, Milton; SABBAG, Deise Maria Antônio; COSTAL, Marcelle; MENÊSES, Raíssa da Veiga de. **Guia Sobre a Construção de Tesouros**. Brasília: Ibict, 2021.

SOARES, Michele Ana Tomé. **Elaboração de uma Linguagem Documental em Ciências Policiais**. Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais. Lisboa, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/17194>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

SOUZA, Rosali Fernandez de. **Organização do Conhecimento**. In: *Para Entender a Ciência da Informação / Lídia Maria Batista Brandão Toutain : organizadora*. - Salvador : EDUFBA, 2007. 242 p. : il. - (Sala de aula ; 5). Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/145/1/Para%20entender%20a%20ciencia%20da%20informacao.pdf>>. Acesso em 28 mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**. Linhas de Pesquisa. Disponível em: <<https://pgcin.ufsc.br/areas-de-pesquisa/>>. Acesso em: 11 abr. 2022.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. **Ciência Policial: contributos reflexivos epistêmicos**. In: *Revista Brasileira de Ciências Policiais / Academia Nacional de Polícia – v. 1, n. 2 (jul./dez. 2010-) – Brasília: Academia Nacional de Polícia. 2010.*

VITAL, Luciane Paula; CAFÉ, Lígia Maria Arruda. **Ontologias e taxonomias: diferenças**. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 115-130, abr. 2011. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/200>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

XAVIER FILHO, João Vianey. **Business Intelligence e Agregação de Valor a Informações de Inquéritos na Polícia Federal**. Dissertação de Mestrado

apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação.
Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC. 2021. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230900>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

ANEXO A – Mapeamento terminológico gerado pela aplicação Thesa

THESA: Estudo Terminológico dos autos de Inquérito Policial Federal

Tesouro Semântico

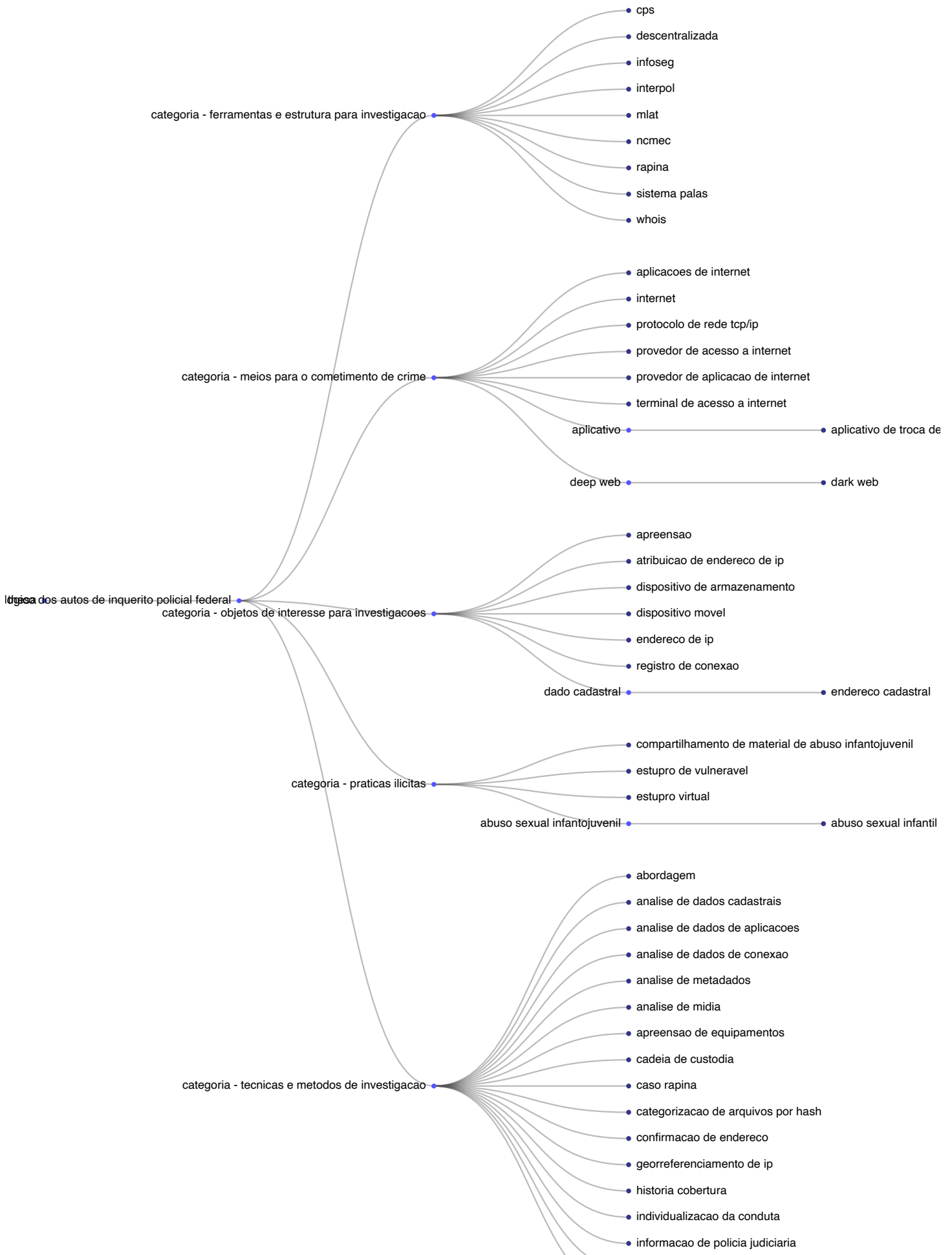
PAULO CESAR BANDOLIN

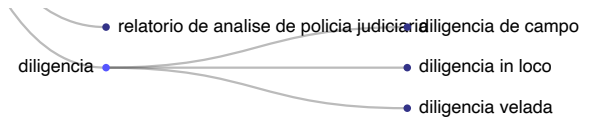
CAMILA MONTEIRO DE BARROS (Orientador)



Público alvo

Policiais Federais encarregados de investigar crimes relacionados a abuso sexual infantojuvenil na Internet.





Apresentação Sistemática

Mapeamento Terminológico dos Autos de Inquérito Policial Federal

.Categoria - Ferramentas e Estrutura para Investigação

- ..CPS
- ..Descentralizada
- ..Infoseg
- ..Interpol
- ..MLAT
- ..NCMEC
- ..Rapina
- ..Sistema Palas
- ..Whois

.Categoria - Meios para o cometimento de crime

- ..Aplicativo
- ...Aplicativo de Troca de Mensagens Instantâneas
- ..Aplicações de Internet
- ..Deep Web
- ...Dark Web
- ..Internet
- ..Protocolo de Rede TCP/IP
- ..Provedor de Acesso à Internet
- ..Provedor de Aplicação de Internet
- ..Terminal de Acesso a Internet

.Categoria - Objetos de Interesse para investigações

- ..Apreensão
- ..Atribuição de Endereço de IP
- ..Dado Cadastral
- ...Endereço Cadastral
- ..Dispositivo Móvel
- ..Dispositivo de Armazenamento
- ..Endereço de IP
- ..Registro de Conexão

.Categoria - Práticas Ilícitas

- ..Abuso Sexual Infantojuvenil
- ...Abuso Sexual Infantil
- ..Compartilhamento de Material de Abuso Infantojuvenil
- ..Estupro Virtual
- ..Estupro de Vulnerável

.Categoria - Técnicas e Métodos de Investigação

- ..Abordagem
- ..Análise de Dados Cadastrais
- ..Análise de Dados de Aplicações
- ..Análise de Dados de Conexão
- ..Análise de Metadados
- ..Análise de Mídia
- ..Apreensão de Equipamentos
- ..Cadeia de custódia
- ..Caso Rapina
- ..Categorização de Arquivos por Hash
- ..Confirmação de Endereço
- ..Diligência
- ...Diligência Velada
- ...Diligência de Campo
- ...Diligência in loco
- ..Georreferenciamento de IP

..História Cobertura

..Individualização da Conduta

..Informação de Polícia Judiciária

..Relatório de Análise de Polícia Judiciária

Glossário

~~A~~

Abordagem

definição: Técnica que "consiste na aproximação da equipe de policiais para a realização de entrevista, busca pessoal e/ou contenção a pessoas com fundada suspeita de que poderiam praticar atos danosos à sociedade". (Apostila de Técnicas Operacionais - Abordagem da Academia Nacional de Policial. Acesso Restrito. Brasília, 2021)^(por)

Abordagem Ostensiva *ver* **Abordagem**

Abordagem Velada *ver* **Entrevista Velada**

Abuso Sexual de Menores *ver* **Abuso Sexual Infantojuvenil**

Abuso Sexual Infantil

definição: Abuso sexual infantojuvenil praticado contra crianças.^(por)

Abuso Sexual Infantojuvenil

definição: Qualquer prática ilícita descrita nos artigos 240 a 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90).^(por)

Administrador de Sistema Autônomo *ver* **Provedor de Acesso à Internet**

Análise de Dados Cadastrais

definição: Técnica de investigação utilizada por policiais que consiste no ato de analisar os dados cadastrais de pessoas relacionadas à investigação em busca de indícios ou provas de autoria, materialidade ou circunstâncias de um delito.^(por)

Análise de Dados de Aplicações

definição: Técnica de investigação utilizada por policiais que consiste no ato de analisar registros relativos a Aplicações de Internet em busca de indícios ou provas de autoria, materialidade ou circunstâncias de um delito.^(por)

Análise de Dados de Conexão

definição: Técnica de investigação utilizada por policiais que consiste no ato de analisar registros relativos a conexões a Internet em busca de indícios ou provas de autoria, materialidade ou circunstâncias de um delito.^(por)

Análise de Metadados

definição: Técnica de investigação utilizada por policiais que consiste no ato de analisar metadados de arquivos digitais em busca de indícios ou provas de autoria, materialidade ou circunstâncias de um delito.^(por)

Análise de Mídia

definição: Técnica de investigação utilizada por policiais que consiste no ato de analisar o conteúdo de dispositivos de armazenamento de arquivos digitais em busca de indícios ou provas de autoria, materialidade ou circunstâncias de um delito.^(por)

Aplicações de Internet

definição: Conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet. (Marco Civil da Internet, Lei 12965/14).^(por)

Aplicativo

definição: Software que pode ser instalado em dispositivos móveis ou computadores e que executam tarefas específicas.^(por)

Aplicativo de Bate-papo *ver* **Aplicativo de Troca de Mensagens Instantâneas**

Aplicativo de Troca de Mensagens Instantâneas

definição: Aplicativo que tem a função específica de possibilitar diálogos em tempo real com uso de mensagens de texto, áudio, fotografias e vídeos.^(por)

Apreensão

definição: Objeto ou conjunto de objetos que foram formalmente apreendidos no curso de uma investigação policial.^(por)

Apreensão de Equipamentos

definição: Ação policial que consiste em recolher equipamentos informáticos durante prisão em flagrante ou cumprimento de mandados de busca e apreensão, respeitando as formalidades legais e garantindo a cadeia de custódia desses equipamentos.^(por)

Atraque *ver* **Abordagem**

Atribuição de Endereço de IP

definição: Ação de um provedor de acesso a Internet que consiste em configurar em seus sistemas um endereço de IP válido para a Internet, que está sob sua responsabilidade, para um ou mais clientes utilizarem.^(por)



Cadeia de custódia

definição: "Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte". (Código de Processo Penal).^(por)

Caso Rapina

definição: Metodologia de investigação onde são realizados registros relativos a atos investigativos no sistema Rapina da Polícia Federal.^(por)

Categoria - Ferramentas e Estrutura para Investigação

definição: Categoria utilizada para agrupar termos relacionados a equipamentos, soluções tecnológicas e estrutura utilizadas pelos policiais para implementar ações de investigação em busca de autoria, materialidade e circunstâncias em que um delito ocorreu. (formulado pelo autor)^(por)

Categoria - Meios para o cometimento de crime

definição: Categoria utilizada para agrupar termos relacionados a ferramentas de software, instrumentos, práticas, métodos, infraestrutura e aplicações que criminosos utilizam para praticar Delitos ou se manter oculto, anônimo e dificultar a obtenção de indícios e provas por parte da Polícia.^(por)

Categoria - Objetos de Interesse para investigações

definição: Categoria utilizada para agrupar termos relacionados a tudo aquilo que pode ser foco da ação policial em busca de provas ou indícios de autoria, materialidade ou circunstâncias de um Delito.^(por)

Categoria - Práticas Ilícitas

definição: Categoria utilizada para agrupar termos relacionados a ações implementadas por criminosos na prática de delitos.^(por)

Categoria - Técnicas e Métodos de Investigação

definição: Categoria utilizada para agrupar termos relacionados a técnicas e métodos utilizados por policiais para implementar ações de investigação em busca de autoria, materialidade e circunstâncias em que um delito ocorreu. (formulado pelo autor).^(por)

Categorização de Arquivos por Hash

definição: Técnica de Investigação que consiste em separar arquivos, conhecidos e identificados por algoritmos de Hash, que contém cenas de abuso sexual infantojuvenil em categorias previamente estabelecidas.^(por)

Compartilhamento de Material de Abuso Infantojuvenil

definição: Prática criminosa que consiste em compartilhar, por meio da Internet, arquivos digitais que contenham cenas de abuso sexual infantojuvenil.^(por)

Computador *ver* Terminal de Acesso a Internet

Confirmação de Endereço

definição: Técnica de Investigação que consiste na verificação de um endereço para confirmar se é realmente de interesse para as investigações. Normalmente é realizada para posterior cumprimento de Mandado de Busca e Apreensão.^(por)

CPS

definição: Software utilizado por policiais de acesso restrito e que auxilia no monitoramento de redes P2P. (Child Protection System).^(por)

Cruzamento de Dados

definição: Técnica de investigação utilizada por policiais que consiste em relacionar dados obtidos de fontes diversas em busca de coincidências que podem ser úteis para o esclarecimento do delito.^(por)

~~D~~

Dado Cadastral

definição: Dado cadastral consiste em informação de filiação, endereço e qualificação pessoal, entendida como nome, prenome, estado civil e profissão de usuário de provedores de acesso ou aplicações de Internet. (Decreto 8771/2016. Regulamenta o Marco Civil da Internet).^(por)

Dark Web

definição: Conjunto de servidores da Deep Web que utilizam endereçamento e protocolos que fogem dos padrões e só podem ser acessados por ferramentas específicas e por quem conhece os endereços.^(por)

Deep Web

definição: Parte da Internet não indexada por mecanismos de busca, seus servidores só podem ser acessados por quem conhece os endereços.^(por)

Descentralizada

definição: Unidade da Polícia Federal que não faz parte dos Órgãos Centrais, estando localizadas nos Estados, em alguns Municípios e no Distrito Federal.^(por)

Diligência

definição: Aplicação de uma técnica ou método de investigação policial.^(por)

Diligência de Campo

definição: Realização de uma Diligência em ambiente externo às instalações de uma Unidade da Polícia Federal em locais físicos de interesse para as investigações.^(por)

Diligência in loco

definição: Realização de uma Diligência que recai sobre uma localidade (imóvel ou localização física) de forma presencial.^(por)

Diligência Velada

definição: Realização de uma Diligência tomando o cuidado para que os alvos da ação não tomem conhecimento da existência de um policial no local.^(por)

Dispositivo de Armazenamento

definição: Equipamento de hardware que permite a gravação e armazenamento de arquivos digitais.^(por)

Dispositivo de Memória *ver* **Dispositivo de Armazenamento**

Dispositivo Móvel

definição: Equipamento que permite o uso da Internet e que pode ser facilmente transportado junto ao usuário por onde ele for como Smartphones e tablets.^(por)

~~E~~

Electronic Service Provider *ver* **Provedor de Aplicação de Internet**

Empresa de Serviços de Internet *ver* **Provedor de Acesso à Internet**

Empresa de Telefonia *ver* **Provedor de Acesso à Internet**

Empresa Prestadora de Serviços de Internet *ver* **Provedor de Acesso à Internet**

Endereço Cadastral

definição: Endereço que consta em cadastros de empresas como sendo o de domicílio de um cliente.^(por)

Endereço de IP

definição: "código atribuído a um terminal de uma rede para permitir sua identificação, definido segundo parâmetros internacionais". (Marco Civil da Internet, Lei 12965/2014).^(por)

Entrevista

definição: Técnica de investigação realizada por policiais que consiste em fazer perguntas a pessoa que possa ter alguma informação que possa interessar para o esclarecimento de delitos.^(por)

Entrevista Velada

definição: Técnica de Investigação onde o policial faz perguntas a uma ou mais pessoas sem revelar a condição de policial.^(por)

Estória Cobertura *ver* **História Cobertura**

Estupro de Vulnerável

definição: Conduta tipificada no artigo 217-A do Código Penal brasileiro. "Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos" ou com "alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência". (Código Penal, Decreto-Lei 2848/40).^(por)

Estupro Virtual

definição: Crime de estupro cometido com o uso da Internet, quando o criminoso e a vítima estão fisicamente distante. Consiste em constranger alguém, mediante grave ameaça a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso.^(por)

~~G~~

Georreferenciamento de IP

definição: Técnica de Investigação que consiste em identificar, por meio de um endereço de IP, de forma aproximada, utilizando de aplicações de Internet próprias, a cidade onde está instalada uma conexão de Internet.^(por)

~~H~~

História Cobertura

definição: Técnica de investigação utilizada por policiais que consiste em criar uma história plausível que justifique a aproximação e diálogo com pessoas que possam auxiliar na investigação de um delito, sem que elas saibam desse fato.^(por)

~~|~~

Individualização da Conduta

definição: Técnica de investigação utilizada por policiais que consiste em individualizar em relatórios cada uma das condutas criminosas realizadas pelo investigado, com o fim de auxiliar a acusação e o juízo na aplicação de penas.^(por)

Informação de Polícia Judiciária

definição: "Documento de natureza policial, produzido por Policial Federal, contendo fato relevante de interesse investigativo, como captação de notícias crime e informações, consulta a bancos de dados, resultado de entrevistas e diligências diversas". (Instrução Normativa 108-DG/PF de 7 de novembro de 2016).^(por)

Infoseg

definição: Ferramenta restrita que pode ser acessada por navegador de Internet e permite acesso a vários bancos de dados.^(por)

Internet

definição: "o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes" (LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014). No contexto das investigações, a Internet é utilizada pelo criminoso como ferramenta para cometimento do Delito.^(por)

Interpol

definição: Organização Internacional de Polícia Criminal sediada em Lyon na França que permite troca de informação e ajuda mútua entre policiais de diversos países. (www.interpol.int)^(por)

IPJ *ver* Informação de Polícia Judiciária

~~L~~

Levantamento in loco *ver* Diligência in loco

~~M~~

Mandado de Busca e Apreensão

definição: Ordem emanada de um juízo competente para que os executores adentrem uma residência a fim de apreender objetos que sejam produtos de crime ou possam servir como prova de um delito.^(por)

Mapeamento Terminológico dos Autos de Inquérito Policial Federal

definição: Identificação de termos utilizados por policiais federais que investigam crimes relacionados ao abuso sexual infantojuvenil, definição de conceitos representados pelos termos e seus relacionamentos semânticos.^(por)

MLAT

definição: Tratado e Assistência Jurídica Mútua que pode ser acordados entre dois ou mais países, permitindo a solicitação e obtenção de provas em países estrangeiros.^(por)

~~N~~

NCMEC

definição: Organização Privada sem fins lucrativos estabelecida pelo Congresso dos Estados Unidos que auxilia as polícias na investigação de crimes que vitimam crianças e adolescentes. (www.missingkids.org).^(por)

~~O~~

Operadora *ver* **Provedor de Acesso à Internet**

~~P~~

Pedofilia

definição: "Transtorno sexual que ocorre em uma pessoa a partir dos 16 anos de idade e é recorrente com intensas fantasias e desejos sexuais ou comportamentos que envolvem a atividade sexual com uma criança pré-púbere (geralmente menores de 13 anos)". (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde - CID 10, Código F65.4).^(por)

Preservação da Prova *ver* **Cadeia de custódia**

Preservação de Registros

definição: Técnica de Investigação que consiste em solicitar a um provedor de Internet para que preserve registros referentes a um usuário de seus serviços para posterior solicitação dos mesmos mediante autorização judicial.^(por)

Protocolo de Rede TCP/IP

definição: Protocolo de comunicação utilizado para o funcionamento da Internet. É essencial para a comunicação de equipamentos conectados a Internet.^(por)

Provedor de Acesso à Internet

definição: "Pessoa física ou jurídica que administra blocos de endereço IP específicos e o respectivo sistema autônomo de roteamento, devidamente cadastrada no ente nacional responsável pelo registro e distribuição de endereços IP geograficamente referentes ao País". (Marco Civil da Internet, Lei 12965/2014).^(por)

Provedor de Aplicação de Internet

definição: "Pessoa física ou jurídica que disponibilizam aplicações de internet que constituem um conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet. (Marco Civil da Internet, Lei 12965/2014).^(por)

~~R~~

Rapina

definição: Sistema de banco de dados interno da Polícia Federal.^(por)

RAPJ *ver* **Relatório de Análise de Polícia Judiciária**

Registro de Acesso a Aplicação de Internet

definição: "O conjunto de informações referentes à data e hora de uso de uma determinada aplicação de internet a partir de um determinado endereço IP". (Marco Civil da Internet, Lei 12965/14).^(por)

Registro de Conexão

definição: "o conjunto de informações referentes à data e hora de início e término de uma conexão à internet, sua duração e o endereço IP utilizado pelo terminal para o envio e recebimento de pacotes de dados". (Marco Civil da Internet, Lei 12965/14).^(por)

Relatório de Análise de Polícia Judiciária

definição: "Documento de natureza policial, de elaboração determinada pelo Delegado de Polícia Federal, no curso de procedimento policial, que compreenderá o gotejamento minuciosos dos elementos indiciárias ou de prova colhidos no contexto da investigação, devendo conter: dados do procedimento; objeto da análise; exame do objeto e confronto com outros elementos da investigação e conclusão". (Instrução Normativa 108-DG/PF de 7 de novembro de 2016).^(por)

Rondas Virtuais *ver* Técnicas de Investigação de Atividade Criminosa nas Redes P2P

~~S~~

Sistema Palas

definição: Sistema interno de uso restrito da Polícia Federal que funciona como banco de dados de operações realizadas.^(por)

Sistema Rapina *ver* Rapina

~~T~~

Técnicas de Investigação de Atividade Criminosa nas Redes P2P

definição: Técnica de investigação que consiste em monitorar redes P2P em busca de atividade relacionada a disponibilização de material de abuso sexual infantojuvenil.^(por)

Terminal de Acesso a Internet

definição: Computador ou qualquer dispositivo que se conecte à internet.^(por)

garantia Literária: LEI N° 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014, Artigo 5.^(por)

example: O criminoso se conectou ao Site por meio de um Terminal de Acesso a Internet com MAC Address 47-E4-88-CC.^(por)

~~W~~

Whois

definição: Ferramenta disponível na Internet em sites de órgãos registradores de domínios e blocos de endereços de IP que permite consulta livre a alguns dados de clientes.^(por)

Apresentação Alfabética

Abordagem (por)

UP Atraque

Abordagem Ostensiva

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Abordagem Ostensiva (por)

USE Abordagem

Abordagem Velada (por)

USE Entrevista Velada

Abuso Sexual de Menores (por)

USE Abuso Sexual Infantojuvenil

Abuso Sexual Infantil (por)

TG Abuso Sexual Infantojuvenil

Abuso Sexual Infantojuvenil (por)

UP Abuso Sexual de Menores

TG Categoria – Práticas Ilícitas

TE Abuso Sexual Infantil

Administrador de Sistema Autônomo (por)

USE Provedor de Acesso à Internet

Análise de Dados Cadastrais (por)

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Análise de Dados de Aplicações (por)

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Análise de Dados de Conexão (por)

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Análise de Metadados (por)

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Análise de Mídia (por)

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Aplicações de Internet (por)

TG Categoria – Meios para o cometimento de crime

Aplicativo (por)

TG Categoria – Meios para o cometimento de crime

TE Aplicativo de Troca de Mensagens Instantâneas

Aplicativo de Bate-papo (por)

USE Aplicativo de Troca de Mensagens Instantâneas

Aplicativo de Troca de Mensagens Instantâneas (por)

UP Aplicativo de Bate-papo

TG Aplicativo

Apreensão (por)

TG Categoria – Objetos de Interesse para investigações

Apreensão de Equipamentos (por)

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Atraque (por)

USE Abordagem

Atribuição de Endereço de IP (por)

TG Categoria – Objetos de Interesse para investigações

Cadeia de custódia (por)

UP Preservação da Prova

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Caso Rapina (por)

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação (por)

TG Mapeamento Terminológico dos Autos de Inquérito Policial Federal

TE CPS

Descentralizada

Infoseg

Interpol

MLAT

NCMEC

Sistema Palas

Whois

Rapina

Categoria – Meios para o cometimento de crime (por)

TG Mapeamento Terminológico dos Autos de Inquérito Policial Federal

TE Provedor de Acesso à Internet

Terminal de Acesso a Internet

Internet

Aplicações de Internet

Aplicativo

Deep Web

Protocolo de Rede TCP/IP

Provedor de Aplicação de Internet

Categoria – Objetos de Interesse para investigações (por)

TG Mapeamento Terminológico dos Autos de Inquérito Policial Federal

TE Registro de Conexão

Atribuição de Endereço de IP

Apreensão

Dispositivo de Armazenamento

Dado Cadastral

Endereço de IP

Dispositivo Móvel

Categoria – Práticas Ilícitas (por)

TG Mapeamento Terminológico dos Autos de Inquérito Policial Federal

TE Abuso Sexual Infantojuvenil

Estupro de Vulnerável

Estupro Virtual

Compartilhamento de Material de Abuso Infantojuvenil

Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação (por)

TG Mapeamento Terminológico dos Autos de Inquérito Policial Federal

TE Análise de Metadados

Cadeia de custódia

Caso Rapina
Categorização de Arquivos por Hash
Confirmação de Endereço
Georreferenciamento de IP
História Cobertura
Individualização da Conduta
Informação de Polícia Judiciária
Relatório de Análise de Polícia Judiciária
Abordagem
Diligência
Análise de Dados Cadastrais
Análise de Dados de Aplicações
Análise de Dados de Conexão
Análise de Mídia
Apreensão de Equipamentos

Categorização de Arquivos por Hash (por)

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Compartilhamento de Material de Abuso Infantojuvenil (por)

TG Categoria – Práticas Ilícitas

Computador (por)

USE Terminal de Acesso a Internet

Confirmação de Endereço (por)

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

CPS (por)

TG Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação

Cruzamento de Dados (por)

Dado Cadastral (por)

TG Categoria – Objetos de Interesse para investigações

TE Endereço Cadastral

Dark Web (por)

TG Deep Web

Deep Web (por)

TG Categoria – Meios para o cometimento de crime

TE Dark Web

Descentralizada (por)

TG Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação

Diligência (por)

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

TE Diligência in loco

Diligência de Campo

Diligência Velada

Diligência de Campo (por)

TG Diligência

Diligência in loco (por)

UP Levantamento in loco

TG Diligência

Diligência Velada (por)

TG Diligência

Dispositivo de Armazenamento (por)

UP Dispositivo de Memória

TG Categoria – Objetos de Interesse para investigações

Dispositivo de Memória (por)

USE Dispositivo de Armazenamento

Dispositivo Móvel (por)

TG Categoria – Objetos de Interesse para investigações

Electronic Service Provider (por)

USE Provedor de Aplicação de Internet

Empresa de Serviços de Internet (por)

USE Provedor de Acesso à Internet

Empresa de Telefonia (por)

USE Provedor de Acesso à Internet

Empresa Prestadora de Serviços de Internet (por)

USE Provedor de Acesso à Internet

Endereço Cadastral (por)

TG Dado Cadastral

Endereço de IP (por)

TG Categoria – Objetos de Interesse para investigações

Entrevista (por)

Entrevista Velada (por)

UP Abordagem Velada

Estória Cobertura (por)

USE História Cobertura

Estupro de Vulnerável (por)

TG Categoria – Práticas Ilícitas

Estupro Virtual (por)

TG Categoria – Práticas Ilícitas

Georreferenciamento de IP (por)

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

História Cobertura (por)

UP Estória Cobertura

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Individualização da Conduta (por)

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Informação de Polícia Judiciária (por)

UP IPJ

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Infoseg (por)

TG Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação

Internet (por)

TG Categoria – Meios para o cometimento de crime

Interpol (por)

TG Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação

IPJ (por)

USE Informação de Polícia Judiciária

Levantamento in loco (por)

USE Diligência in loco

Mandado de Busca e Apreensão (por)

Mapeamento Terminológico dos Autos de Inquérito Policial Federal (por)

TE Categoria – Meios para o cometimento de crime

Categoria – Objetos de Interesse para investigações

Categoria – Práticas Ilícitas

Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação

MLAT (por)

TG Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação

NCMEC (por)

TG Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação

Operadora (por)

USE Provedor de Acesso à Internet

Pedofilia (por)

Preservação da Prova (por)

USE Cadeia de custódia

Preservação de Registros (por)

Protocolo de Rede TCP/IP (por)

TG Categoria – Meios para o cometimento de crime

Provedor de Acesso à Internet (por)

UP Administrador de Sistema Autônomo

Empresa de Serviços de Internet

Empresa Prestadora de Serviços de Internet

Empresa de Telefonia

Operadora

TG Categoria – Meios para o cometimento de crime

Provedor de Aplicação de Internet (por)

UP Electronic Service Provider

TG Categoria – Meios para o cometimento de crime

Rapina (por)

UP Sistema Rapina

TG Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação

RAPJ (por)

USE Relatório de Análise de Polícia Judiciária

Registro de Acesso a Aplicação de Internet (por)

Registro de Conexão (por)

TG Categoria – Objetos de Interesse para investigações

Relatório de Análise de Polícia Judiciária (por)

UP RAPJ

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Rondas Virtuais (por)

USE Técnicas de Investigação de Atividade Criminosa nas Redes P2P

Sistema Palas (por)

TG Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação

Sistema Rapina (por)

USE Rapina

Técnicas de Investigação de Atividade Criminosa nas Redes P2P (por)

UP Rondas Virtuais

Terminal de Acesso a Internet (por)

UP Computador

TG Categoria – Meios para o cometimento de crime

Whois (por)

TG Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação

Ficha Terminológica para Coleta dos Termos

Abordagem

Definição do conceito: Técnica que "consiste na aproximação da equipe de policiais para a realização de entrevista, busca pessoal e/ou contenção a pessoas com fundada suspeita de que poderiam praticar atos danosos à sociedade". (Apostila de Técnicas Operacionais - Abordagem da Academia Nacional de Policial. Acesso Restrito. Brasília, 2021) ^(por)

Termos relacionados

UP Atraque
Abordagem Ostensiva
TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Criado em: 10/05/2023

Abuso Sexual Infantil

Definição do conceito: Abuso sexual infantojuvenil praticado contra crianças. ^(por)

Termos relacionados

TG Abuso Sexual Infantojuvenil

Criado em: 19/04/2023

Abuso Sexual Infantojuvenil

Definição do conceito: Qualquer prática ilícita descrita nos artigos 240 a 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90). ^(por)

Termos relacionados

UP Abuso Sexual de Menores
TG Categoria – Práticas Ilícitas
TE Abuso Sexual Infantil

Criado em: 20/03/2023 Atualizado em: 08/05/2023

Análise de Dados Cadastrais

Definição do conceito: Técnica de investigação utilizada por policiais que consiste no ato de analisar os dados cadastrais de pessoas relacionadas à investigação em busca de indícios ou provas de autoria, materialidade ou circunstâncias de um delito. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Criado em: 24/05/2023

Análise de Dados de Aplicações

Definição do conceito: Técnica de investigação utilizada por policiais que consiste no ato de analisar registros relativos a Aplicações de Internet em busca de indícios ou provas de autoria, materialidade ou circunstâncias de um delito. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Criado em: 24/05/2023

Análise de Dados de Conexão

Definição do conceito: Técnica de investigação utilizada por policiais que consiste no ato de analisar registros relativos a conexões a Internet em busca de indícios ou provas de autoria, materialidade ou circunstâncias de um delito. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Criado em: 24/05/2023

Análise de Metadados

Definição do conceito: Técnica de investigação utilizada por policiais que consiste no ato de analisar metadados de arquivos digitais em busca de indícios ou provas de autoria, materialidade ou circunstâncias de um delito. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Criado em: 09/05/2023 Atualizado em: 24/05/2023

Análise de Mídia

Definição do conceito: Técnica de investigação utilizada por policiais que consiste no ato de analisar o conteúdo de dispositivos de armazenamento de arquivos digitais em busca de indícios ou provas de autoria, materialidade ou circunstâncias de um delito. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Criado em: 24/05/2023

Aplicações de Internet

Definição do conceito: Conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet. (Marco Civil da Internet, Lei 12965/14). ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Meios para o cometimento de crime

Criado em: 19/04/2023

Aplicativo

Definição do conceito: Software que pode ser instalado em dispositivos móveis ou computadores e que executam tarefas específicas. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Meios para o cometimento de crime
TE Aplicativo de Troca de Mensagens Instantâneas

Criado em: 09/05/2023

Aplicativo de Troca de Mensagens Instantâneas

Definição do conceito: Aplicativo que tem a função específica de possibilitar diálogos em tempo real com uso de mensagens de texto, áudio, fotografias e vídeos. ^(por)

Termos relacionados

UP Aplicativo de Bate-papo
TG Aplicativo

Criado em: 09/05/2023 Atualizado em: 10/05/2023

Aprensão

Definição do conceito: Objeto ou conjunto de objetos que foram formalmente apreendidos no curso de uma investigação policial. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Objetos de Interesse para investigações

Criado em: 19/04/2023

Aprensão de Equipamentos

Definição do conceito: Ação policial que consiste em recolher equipamentos informáticos durante prisão em flagrante ou cumprimento de mandados de busca e apreensão, respeitando as formalidades legais e garantindo a cadeia de custódia desses equipamentos. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Criado em: 24/05/2023

Atribuição de Endereço de IP

Definição do conceito: Ação de um provedor de acesso a Internet que consiste em configurar em seus sistemas um endereço de IP válido para a Internet, que está sob sua responsabilidade, para um ou mais clientes utilizarem. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Objetos de Interesse para investigações

Criado em: 19/04/2023 Atualizado em: 08/05/2023

Cadeia de custódia

Definição do conceito: "Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte". (Código de Processo Penal). ^(por)

Termos relacionados

Criado em: 09/05/2023 Atualizado em: 24/05/2023

Caso Rapina

Definição do conceito: Metodologia de investigação onde são realizados registros relativos a atos investigativos no sistema Rapina da Polícia Federal. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Criado em: 09/05/2023

Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação

Definição do conceito: Categoria utilizada para agrupar termos relacionados a equipamentos, soluções tecnológicas e estrutura utilizadas pelos policiais para implementar ações de investigação em busca de autoria, materialidade e circunstâncias em que um delito ocorreu. (formulado pelo autor) ^(por)

Termos relacionados

TG Mapeamento Terminológico dos Autos de Inquérito Policial Federal
TE CPS
Descentralizada
Infoseg
Interpol
MLAT
NCMEC
Sistema Palas
Whois
Rapina

Criado em: 08/05/2023 Atualizado em: 10/05/2023

Categoria – Meios para o cometimento de crime

Definição do conceito: Categoria utilizada para agrupar termos relacionados a ferramentas de software, instrumentos, práticas, métodos, infraestrutura e aplicações que criminosos utilizam para praticar Delitos ou se manter oculto, anônimo e dificultar a obtenção de indícios e provas por parte da Polícia. ^(por)

Termos relacionados

TG Mapeamento Terminológico dos Autos de Inquérito Policial Federal
TE Provedor de Acesso à Internet
Terminal de Acesso a Internet
Internet
Aplicações de Internet
Aplicativo
Deep Web
Protocolo de Rede TCP/IP
Provedor de Aplicação de Internet

Criado em: 18/04/2023 Atualizado em: 09/05/2023

Categoria – Objetos de Interesse para investigações

Definição do conceito: Categoria utilizada para agrupar termos relacionados a tudo aquilo que pode ser foco da ação policial em busca de provas ou indícios de autoria, materialidade ou circunstâncias de um Delito. ^(por)

Termos relacionados

TG Mapeamento Terminológico dos Autos de Inquérito Policial Federal
TE Registro de Conexão
Atribuição de Endereço de IP
Apreensão
Dispositivo de Armazenamento
Dado Cadastral
Endereço de IP
Dispositivo Móvel

Criado em: 18/04/2023 Atualizado em: 09/05/2023

Categoria - Práticas Ilícitas

Definição do conceito: Categoria utilizada para agrupar termos relacionados a ações implementadas por criminosos na prática de delitos. ^(por)

Termos relacionados

TG Mapeamento Terminológico dos Autos de Inquérito Policial Federal
TE Abuso Sexual Infantojuvenil
Estupro de Vulnerável
Estupro Virtual
Compartilhamento de Material de Abuso Infantojuvenil

Criado em: 08/05/2023 Atualizado em: 10/05/2023

Categoria - Técnicas e Métodos de Investigação

Definição do conceito: Categoria utilizada para agrupar termos relacionados a técnicas e métodos utilizados por policiais para implementar ações de investigação em busca de autoria, materialidade e circunstâncias em que um delito ocorreu. (formulado pelo autor). ^(por)

Termos relacionados

TG Mapeamento Terminológico dos Autos de Inquérito Policial Federal
TE Análise de Metadados
Cadeia de custódia
Caso Rapina
Categorização de Arquivos por Hash
Confirmação de Endereço
Georreferenciamento de IP
História Cobertura
Individualização da Conduta
Informação de Polícia Judiciária
Relatório de Análise de Polícia Judiciária
Abordagem
Diligência
Análise de Dados Cadastrais
Análise de Dados de Aplicações
Análise de Dados de Conexão
Análise de Mídia
Apreensão de Equipamentos

Criado em: 08/05/2023 Atualizado em: 24/05/2023

Categorização de Arquivos por Hash

Definição do conceito: Técnica de Investigação que consiste em separar arquivos, conhecidos e identificados por algoritmos de Hash, que contém cenas de abuso sexual infantojuvenil em categorias previamente estabelecidas. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Criado em: 09/05/2023

Compartilhamento de Material de Abuso Infantojuvenil

Definição do conceito: Prática criminosa que consiste em compartilhar, por meio da Internet, arquivos digitais que contenham cenas de abuso sexual infantojuvenil. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Práticas Ilícitas

Criado em: 10/05/2023

Confirmação de Endereço

Definição do conceito: Técnica de Investigação que consiste na verificação de um endereço para confirmar se é realmente de interesse para as investigações. Normalmente é realizada para posterior cumprimento de Mandado de Busca e Apreensão. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Criado em: 09/05/2023

CPS

Definição do conceito: Software utilizado por policiais de acesso restrito e que auxilia no monitoramento de redes P2P. (Child Protection System). ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação

Criado em: 09/05/2023

Cruzamento de Dados

Definição do conceito: Técnica de investigação utilizada por policiais que consiste em relacionar dados obtidos de fontes diversas em busca de coincidências que podem ser úteis para o esclarecimento do delito. ^(por)

Criado em: 19/04/2023

Dado Cadastral

Definição do conceito: Dado cadastral consiste em informação de filiação, endereço e qualificação pessoal, entendida como nome, prenome, estado civil e profissão de usuário de provedores de acesso ou aplicações de Internet. (Decreto 8771/2016. Regulamenta o Marco Civil da Internet). ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Objetos de Interesse para investigações
TE Endereço Cadastral

Criado em: 08/05/2023

Dark Web

Definição do conceito: Conjunto de servidores da Deep Web que utilizam endereçamento e protocolos que fogem dos padrões e só podem ser acessados por ferramentas específicas e por quem conhece os endereços. ^(por)

Termos relacionados

TG Deep Web

Criado em: 09/05/2023

Deep Web

Definição do conceito: Parte da Internet não indexada por mecanismos de busca, seus servidores só podem ser acessados por quem conhece os endereços. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Meios para o cometimento de crime
TE Dark Web

Criado em: 09/05/2023

Descentralizada

Definição do conceito: Unidade da Polícia Federal que não faz parte dos Órgãos Centrais, estando localizadas nos Estados, em alguns Municípios e no Distrito Federal. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação

Criado em: 09/05/2023

Diligência

Definição do conceito: Aplicação de uma técnica ou método de investigação policial. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação
TE Diligência in loco
Diligência de Campo
Diligência Velada

Criado em: 10/05/2023

Diligência de Campo

Definição do conceito: Realização de um Diligência em ambiente externo às instalações de uma Unidade da Polícia Federal em locais físicos de interesse para as investigações. ^(por)

Termos relacionados

TG Diligência

Criado em: 19/04/2023 Atualizado em: 10/05/2023

Diligência in loco

Definição do conceito: Realização de um Diligência que recai sobre uma localidade (imóvel ou localização física) de forma presencial. ^(por)

Termos relacionados

UP Levantamento in loco
TG Diligência

Criado em: 19/04/2023 Atualizado em: 10/05/2023

Diligência Velada

Definição do conceito: Realização de um Diligência tomando o cuidado para que os alvos da ação não tomem conhecimento da existência de um policial no local. ^(por)

Termos relacionados

TG Diligência

Criado em: 19/04/2023 Atualizado em: 10/05/2023

Dispositivo de Armazenamento

Definição do conceito: Equipamento de hardware que permite a gravação e armazenamento de arquivos digitais. ^(por)

Termos relacionados

UP Dispositivo de Memória
TG Categoria – Objetos de Interesse para investigações

Criado em: 19/04/2023 Atualizado em: 08/05/2023

Dispositivo Móvel

Definição do conceito: Equipamento que permite o uso da Internet e que pode ser facilmente transportado junto ao usuário por onde ele for como Smartphones e tablets. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Objetos de Interesse para investigações

Criado em: 09/05/2023

Endereço Cadastral

Definição do conceito: Endereço que consta em cadastros de empresas como sendo o de domicílio de um cliente. ^(por)

Termos relacionados

TG Dado Cadastral

Criado em: 18/04/2023 Atualizado em: 08/05/2023

Endereço de IP

Definição do conceito: "código atribuído a um terminal de uma rede para permitir sua identificação, definido segundo parâmetros internacionais". (Marco Civil da Internet, Lei 12965/2014). ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Objetos de Interesse para investigações

Criado em: 08/05/2023 Atualizado em: 09/05/2023

Entrevista

Definição do conceito: Técnica de investigação realizada por policiais que consiste em fazer perguntas a pessoa que possa ter alguma informação que possa interessar para o esclarecimento de delitos. ^(por)

Criado em: 09/05/2023

Entrevista Velada

Definição do conceito: Técnica de Investigação onde o policial faz perguntas a uma ou mais pessoas sem revelar a condição de policial. ^(por)

Termos relacionados

UP Abordagem Velada

Criado em: 26/04/2023 Atualizado em: 09/05/2023

Estupro de Vulnerável

Definição do conceito: Conduta tipificada no artigo 217-A do Código Penal brasileiro.
 "Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos" ou com "alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência". (Código Penal, Decreto-Lei 2848/40). ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Práticas Ilícitas

Criado em: 09/05/2023

Estupro Virtual

Definição do conceito: Crime de estupro cometido com o uso da Internet, quando o criminoso e a vítima estão fisicamente distante. Consiste em constranger alguém, mediante grave ameaça a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Práticas Ilícitas

Criado em: 09/05/2023

Georreferenciamento de IP

Definição do conceito: Técnica de Investigação que consiste em identificar, por meio de um endereço de IP, de forma aproximada, utilizando de aplicações de Internet próprias, a cidade onde está instalada uma conexão de Internet. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Criado em: 09/05/2023

História Cobertura

Definição do conceito: Técnica de investigação utilizada por policiais que consiste em criar uma história plausível que justifique a aproximação e diálogo com pessoas que possam auxiliar na investigação de um delito, sem que elas saibam desse fato. ^(por)

Termos relacionados

UP Estória Cobertura
TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Criado em: 09/05/2023 Atualizado em: 10/05/2023

Individualização da Conduta

Definição do conceito: Técnica de investigação utilizada por policiais que consiste em individualizar em relatórios cada uma das condutas criminosas realizadas pelo investigado, com o fim de auxiliar a acusação e o juízo na aplicação de penas. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Criado em: 09/05/2023

Informação de Polícia Judiciária

Definição do conceito: "Documento de natureza policial, produzido por Policial Federal, contendo fato relevante de interesse investigativo, como captação de notícias crime e informações, consulta a bancos de dados, resultado de entrevistas e diligências diversas". (Instrução Normativa 108-DG/PF de 7 de novembro de 2016). ^(por)

Termos relacionados

UP IPJ
TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Criado em: 10/05/2023

Infoseg

Definição do conceito: Ferramenta restrita que pode ser acessada por navegador de Internet e permite acesso a vários bancos de dados. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação

Criado em: 09/05/2023

Internet

Definição do conceito: "o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes" (LEI N° 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014).

 No contexto das investigações, a Internet é utilizada pelo criminoso como ferramenta para cometimento do Delito. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Meios para o cometimento de crime

Criado em: 18/04/2023

Interpol

Definição do conceito: Organização Internacional de Polícia Criminal sediada em Lyon na França que permite troca de informação e ajuda mútua entre policiais de diversos países. (www.interpol.int) ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação

Criado em: 09/05/2023

Mandado de Busca e Apreensão

Definição do conceito: Ordem emanada de um juízo competente para que os executores adentrem uma residência a fim de apreender objetos que sejam produtos de crime ou possam servir como prova de um delito. ^(por)

Criado em: 09/05/2023

Mapeamento Terminológico dos Autos de Inquérito Policial Federal

Definição do conceito: Identificação de termos utilizados por policiais federais que investigam crimes relacionados ao abuso sexual infantojuvenil, definição de conceitos representados pelos termos e seus relacionamentos semânticos. ^(por)

Termos relacionados

TE Categoria – Meios para o cometimento de crime
Categoria – Objetos de Interesse para investigações
Categoria – Práticas Ilícitas
Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação
Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação

Criado em: 26/04/2023 Atualizado em: 08/05/2023

MLAT

Definição do conceito: Tratado e Assistência Jurídica Mútua que pode ser acordados entre dois ou mais países, permitindo a solicitação e obtenção de provas em países estrangeiros. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação

Criado em: 09/05/2023

NCMEC

Definição do conceito: Organização Privada sem fins lucrativos estabelecida pelo Congresso dos Estados Unidos que auxilia as polícias na investigação de crimes que vitimam crianças e adolescentes. (www.missingkids.org). ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação

Criado em: 09/05/2023

Pedofilia

Definição do conceito: "Transtorno sexual que ocorre em uma pessoa a partir dos 16 anos de idade e é recorrente com intensas fantasias e desejos sexuais ou comportamentos que envolvem a atividade sexual com uma criança pré-púbere (geralmente menores de 13 anos)". (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde – CID 10, Código F65.4). ^(por)

Criado em: 09/05/2023

Preservação de Registros

Definição do conceito: Técnica de Investigação que consiste em solicitar a um provedor de Internet para que preserve registros referentes a um usuário de seus serviços para posterior solicitação dos mesmos mediante autorização judicial. ^(por)

Criado em: 09/05/2023

Protocolo de Rede TCP/IP

Definição do conceito: Protocolo de comunicação utilizado para o funcionamento da Internet. É essencial para a comunicação de equipamentos conectados a Internet. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Meios para o cometimento de crime

Criado em: 09/05/2023

Provedor de Acesso à Internet

Definição do conceito: "Pessoa física ou jurídica que administra blocos de endereço IP específicos e o respectivo sistema autônomo de roteamento, devidamente cadastrada no ente nacional responsável pelo registro e distribuição de endereços IP geograficamente referentes ao País". (Marco Civil da Internet, Lei 12965/2014). ^(por)

Termos relacionados

UP Administrador de Sistema Autônomo
Empresa de Serviços de Internet
Empresa Prestadora de Serviços de Internet
Empresa de Telefonia
Operadora
TG Categoria – Meios para o cometimento de crime

Criado em: 16/02/2022 Atualizado em: 10/05/2023

Provedor de Aplicação de Internet

Definição do conceito: "Pessoa física ou jurídica que disponibilizam aplicações de internet que constituem um conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet. (Marco Civil da Internet, Lei 12965/2014).
(por)

Termos relacionados

UP Electronic Service Provider
TG Categoria – Meios para o cometimento de crime

Criado em: 09/05/2023 Atualizado em: 10/05/2023

Rapina

Definição do conceito: Sistema de banco de dados interno da Polícia Federal. (por)

Termos relacionados

UP Sistema Rapina
TG Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação

Criado em: 10/05/2023

Registro de Acesso a Aplicação de Internet

Definição do conceito: "O conjunto de informações referentes à data e hora de uso de uma determinada aplicação de internet a partir de um determinado endereço IP". (Marco Civil da Internet, Lei 12965/14). (por)

Criado em: 08/05/2023

Registro de Conexão

Definição do conceito: "o conjunto de informações referentes à data e hora de início e término de uma conexão à internet, sua duração e o endereço IP utilizado pelo terminal para o envio e recebimento de pacotes de dados". (Marco Civil da Internet, Lei 12965/14). (por)

Termos relacionados

TG Categoria – Objetos de Interesse para investigações

Criado em: 14/03/2022 Atualizado em: 08/05/2023

Relatório de Análise de Polícia Judiciária

Definição do conceito: "Documento de natureza policial, de elaboração determinada pelo Delegado de Polícia Federal, no curso de procedimento policial, que compreenderá o gotejamento minuciosos dos elementos indiciários ou de prova colhidos no contexto da investigação, devendo conter: dados do procedimento; objeto da análise; exame do objeto e confronto com outros elementos da investigação e conclusão". (Instrução Normativa 108-DG/PF de 7 de novembro de 2016). (por)

Termos relacionados

UP RAPJ
TG Categoria – Técnicas e Métodos de Investigação

Criado em: 10/05/2023

Sistema Palas

Definição do conceito: Sistema interno de uso restrito da Polícia Federal que funciona como banco de dados de operações realizadas. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação

Criado em: 09/05/2023

Técnicas de Investigação de Atividade Criminosa nas Redes P2P

Definição do conceito: Técnica de investigação que consiste em monitorar redes P2P em busca de atividade relacionada a disponibilização de material de abuso sexual infantojuvenil. ^(por)

Termos relacionados

UP Rondas Virtuais

Criado em: 09/05/2023

Terminal de Acesso a Internet

Definição do conceito: Computador ou qualquer dispositivo que se conecte à internet. ^(por)

Garantia literária: LEI N° 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014, Artigo 5. ^(por)

Nota de exemplo: O criminoso se conectou ao Site por meio de um Terminal de Acesso a Internet com MAC Address 47-E4-88-CC. ^(por)

Termos relacionados

UP Computador
TG Categoria – Meios para o cometimento de crime

Criado em: 14/03/2022 Atualizado em: 19/04/2023

Whois

Definição do conceito: Ferramenta disponível na Internet em sites de órgãos registradores de domínios e blocos de endereços de IP que permite consulta livre a alguns dados de clientes. ^(por)

Termos relacionados

TG Categoria – Ferramentas e Estrutura para Investigação

Criado em: 09/05/2023